



UFSM

Dissertação de Mestrado

**LEONOR SCLiar CABRAL: UMA HISTORICIDADE
POSSÍVEL NA PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A
LINGÜÍSTICA NA MÍDIA IMPRESSA DO RS**

Rosemary Candaten Xavier

PPGL

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**LEONOR SCLiar CABRAL: UMA HISTORICIDADE
POSSÍVEL NA PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A
LINGÜÍSTICA NA MÍDIA IMPRESSA DO RS**

por

Rosemary Candaten Xavier

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras.

PPGL

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**LEONOR SCLiar CABRAL: UMA HISTORICIDADE
POSSÍVEL NA PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A
LINGÜÍSTICA NA MÍDIA IMPRESSA DO RS**

elaborada por
Rosemary Candaten Xavier

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Amanda Eloina Scherer – UFSM
(Presidente/Orientador)

Maria Cristina Leandro Ferreira – UFRGS

Tania Regina Taschetto – UFSM

Santa Maria, 13 de agosto de 2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à professora Dra. Amanda Eloina Scherer, minha orientadora, por ter acreditado em meu trabalho e pela segura orientação.

Aos professores do Mestrado em Letras da UFSM, pela seriedade profissional e pelo conhecimento compartilhado.

À professora Elizabeth Fontoura Dorneles, da Universidade de Cruz Alta, por ter me introduzido nos estudos de Análise de Discurso, durante o curso de Especialização em Estudos da Linguagem, que foram decisivos para a minha escolha teórica no Curso de Mestrado.

A José Floriano, meu marido, pelo amor compartilhado e pelo apoio e incentivo.

Ao meu filho Guilherme, por ter suportado e compreendido a minha ausência em muitos momentos, durante o período do curso.

Aos amigos que fizeram parte dessa história, pela amizade e pelos momentos de apoio.

À professora Dra. Solange Mittman, pela leitura e pré-qualificação do meu projeto de dissertação.

À professora Marisa Bastos, pelas sugestões na ocasião do exame de qualificação do meu projeto de dissertação.

A caríssima professora Dra. Leonor Scliar Cabral, por ter cedido os textos que fazem parte do nosso objeto de estudo, sem os quais não seria possível realizar este trabalho; pela entrevista concedida no ano de 2002 e pela disponibilidade e atenção em todos os momentos em que precisamos da sua colaboração.

Ao jornalista e historiador José Marçal, pelas informações e pelo envio de material sobre o Jornal Diário de Notícias.

Ao professor Geraldo Cintra, por ter dado algumas sugestões ao meu trabalho, na ocasião em que apresentei uma comunicação no GEL, em 2003.

A Lucy Ethur, pelas valiosas correções na versão final da dissertação.

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido no período de Março de 2002 a Março de 2004.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
1 MÍDIA, HISTÓRIA E LINGÜÍSTICA	1
PARTE I	
2 PERCORRENDO AS TRAMAS DO DISCURSO	6
2.1 O movimento discursivo	6
2.2 A produção do saber	19
2.3 História e Lingüística para a AD	30
PARTE II	
3 RELAÇÕES DO OBJETO DE ESTUDO COM AS SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	44
3.1 A Lingüística e o sujeito lingüista na década de 60	44
3.2 A divulgação científica e seu modo de circulação	53
3.3 Os sentidos tomando corpo no objeto	61
PARTE III	
4 ENTENDENDO O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO DISCURSO	75
4.1 Em busca dos sentidos	75
4.2 Formulação de um discurso sobre Lingüística	85
5 DESVELANDO SENTIDOS NO MOVIMENTO DISCURSIVO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – A memória discursiva na constituição do discurso	69
QUADRO 02 – A memória discursiva trabalhada no interdiscurso	70
QUADRO 03 – O já-dito sobre Lingüística	76
QUADRO 04 – Filiação a Saussure	78
QUADRO 05 – Filiação a Martinet	79
QUADRO 06 – Filiação a Coseriu, Togeby e Hjelmslev	80
QUADRO 07 – Filiação a Sapir, Bloomfield e outros	81
QUADRO 08 – Filiação a Mattoso e Rodrigues	82
QUADRO 09 – Formulação de sentidos para a Lingüística Pura e para a Lingüística Aplicada	86
QUADRO 10 – Projeções em relação aos estudos lingüísticos	87
QUADRO 11 – Em busca de um espaço para a lingüística brasileira ...	90
QUADRO 12 – Em busca de um espaço para o sujeito lingüista no Brasil	91
QUADRO 13 – Posição-sujeito favorável à definição de palavra	92
QUADRO 14 – Posição-sujeito contrária à definição de palavra	93
QUADRO 15 – Outras posições-sujeito favoráveis à definição de palavra	93
QUADRO 16 – Outras posições-sujeito contrárias à definição de palavra	94
QUADRO 17 – Deslocamento de sentidos a partir de um já-dito	95
QUADRO 18 – Projeções sobre os estudos lingüísticos	96

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

LEONOR SCLiar CABRAL: UMA HISTORICIDADE POSSÍVEL NA PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A LINGÜÍSTICA NA MÍDIA IMPRESSA DO RS

AUTORA: Rosemary Candaten Xavier

ORIENTADOR: Prof^ª. Dr^ª. Amanda Eloina Scherer

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de agosto de 2004.

A produção do saber lingüístico tem sido foco de estudo de diversos trabalhos nas últimas décadas, abarcando diferentes enfoques e teorias. A constituição de um saber não ocorre a partir de um fato isolado, mas a partir de um conjunto de idéias, textos, deslocamentos, formulações e reformulações que vão sendo pensadas pelos estudiosos da língua, até que culmine com a sua fundamentação. Esse processo que leva à construção de um determinado saber tem sido foco de estudo de diversos trabalhos que, sob o ponto de vista da história das idéias lingüísticas, têm se empenhado em realizar pesquisas referentes às transformações do saber sobre Língua e Linguagem. Dentro desse propósito, realizamos nossa pesquisa que procura dar visibilidade a fatos que fizeram parte do processo de composição da Lingüística no Rio Grande do Sul e desencadearam sentido na história das idéias lingüísticas. Eles nos permitiram compreender que sentidos são esses e o que eles significaram no processo de construção desse saber. Por meio do dispositivo teórico e analítico da Análise de Discurso, analisamos o processo de produção de um discurso sobre Lingüística que circulou na mídia impressa do Rio Grande do Sul, nos anos 60, a fim de entendermos a historicidade presente na materialidade dele. Segundo Orlandi (2001b), os processos de formação dos discursos implicam três momentos igualmente importantes: constituição, formulação e circulação. A partir do entendimento de como esse discurso se constrói foi possível fazermos algumas considerações a respeito da formação e dos sentidos dessa materialidade. Percebemos que há um movimento dos sentidos e este mostra-nos que, naquele momento, havia uma preocupação em saber como os estudos lingüísticos vinham se apresentando. Entendemos que o sujeito Leonor Scliar Cabral estava produzindo em seus textos uma política de ciência, já que há um movimento de sentidos neles, que apela para a criação do espaço para a Lingüística Aplicada. A observação do processo discursivo nos levou a afirmar que tanto o discurso em análise quanto o sujeito Leonor Scliar Cabral ocupam um lugar significativo na História das Idéias Lingüísticas no RS.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
 Postgraduation Course in Languages
 Federal University of Santa Maria, RS, Brazil.

**LEONOR SCLiar CABRAL: UMA HISTORICIDADE
 POSSÍVEL NA PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A
 LINGÜÍSTICA NA MÍDIA IMPRESSA DO RS
 (LEONOR SCLiar CABRAL: A POSSIBLE HISTORICITY
 IN THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT
 LINGUISTICS IN THE PRINTED MEDIA OF RS).**

AUTHOR: Rosemary Candaten Xavier

ADVISOR: Prof^ª. Dr^ª. Amanda Eloina Scherer

Date and Place of Defense: Santa Maria, August 13th, 2004.

The production of linguistic knowledge has been focus of study to many works last decades covering different approaches and theories. The constitution of a knowledge does not happen from an isolated fact but from a set of ideas, texts, displacements, formulations and reformulations which are thought by the language researchers, until the moment it culminates in its grounding. This process that leads up to the construction of a specific knowledge is the focus of study to many works that on the point of view of linguistic ideas' history, they have been made an effort to make researches referred to the changes of the knowledge about language use and language usage. With this purpose, we made our research which tries to give visibility to the facts that were part of the linguistics composition process in Rio Grande do Sul and gave sense in the history of linguistic ideas. These facts allow us to comprehend which senses they are and what is their meaning in the construction of the knowledge process. Through the analytical and theoretical device of Discourse Analysis, we analyzed the process of production of a discourse about Linguistics which circulated in the printed media of Rio Grande do Sul in the sixties in order to understand the historicity presented in its materiality. According to Orlandi (2001b), the process of discourse formation has three moments in the same level of importance: constitution, formulation and circulation. After the comprehension of the way this discourse is constructed, it was possible to make some considerations about the senses and the formations of this materiality. We noticed that there is a movement of the senses. It shows us that in that moment there was a concerning to discover how the linguistic studies were presented. We understood that Leonor Scliar Cabral was producing a policy of science in her texts, since they have a movement of senses that appeals to the creation of the space for Applied Linguistics. The observation of the discourse process has led us up to affirm that both the discourse in analysis and the person Leonor Scliar Cabral have a significant place in the History of the Linguistic Ideas in RS.

1 MÍDIA, HISTÓRIA E LINGÜÍSTICA

Este trabalho teve início a partir de nosso interesse em desenvolver uma pesquisa dentro da perspectiva teórica da Análise de Discurso (AD), de linha Francesa, por estarmos em consonância com o modo de a AD entender o texto, isto é, entendê-lo como um discurso em que estão em relação os aspectos sócio-histórico-ideológicos que o constituem.

Nosso interesse direcionou-se para um trabalho que estivesse de acordo com os propósitos do “Projeto Integrado de pesquisa do Laboratório CORPUS/UFSM – Lingüística e História Literária no Sul: estudos das idéias e organização da memória”, que tem se empenhado em realizar entrevistas e recuperação de acervos para fomentar projetos de pesquisa, ficando à disposição de alunos e pesquisadores que se interessem pela história da Lingüística ou da Literatura no Rio Grande do Sul.

Ligados a esse projeto e fazendo parte do grupo de pesquisa Discurso, História, Gênero e Identidade, trabalhamos com a história das idéias lingüísticas no RS, na década de 60, período em que a Lingüística estava se constituindo como disciplina no Brasil. Certamente havia muitos discursos que circularam na busca da institucionalização da disciplina Lingüística nos cursos de graduação e pós-graduação.

Tomamos como objeto de estudo textos sobre Lingüística que circularam na época. Estes textos nos chamaram a atenção pelo modo de circulação, uma vez que apareceram na mídia impressa do RS.

São todos textos sobre as tendências lingüísticas da época, escritos por Leonor Scliar Cabral e publicados, semanalmente, no segundo caderno do Jornal Diário de Notícias (não corrente), de Porto Alegre, nos anos de 1966 a 1967.

Interessou-nos estudar a historicidade da materialidade discursiva deles, que não diz respeito ao que o texto afirma sobre Lingüística, mas como afirma, quem afirma e o que está em jogo nesse discurso que pode nos contar sobre a Lingüística e do sujeito lingüista naquele momento.

Conforme veremos, a mídia impressa assume diferentes formas, de acordo com o momento e com os objetivos a que se propõe. O que primeiramente nos chamou a atenção foi a forma de circulação desses textos, que divulgavam as teorias lingüísticas da época, em um jornal de circulação diária. Esse tipo de divulgação não é comum nos dias de hoje, no espaço de um jornal diário, a menos que seja um jornal específico da área de Estudos Lingüísticos; não era o caso do jornal Diário de Notícias.

Este foi o primeiro ponto que nos levou a questionar o porquê desses textos na mídia impressa e a tomá-los como objeto de estudo, supondo que, nessa divulgação, havia uma historicidade importante referente aos Estudos Lingüísticos e ao sujeito enunciator. A fim de entender a historicidade da materialidade desse discurso, foi preciso percorrer alguns caminhos importantes, que nos levaram a pensar sobre o processo de produção de um discurso, sobre o modo de produção de um determinado saber, sobre as relações entre História e Lingüística para a AD, e sobre as relações do objeto de estudo com as suas condições de produção. Condições de produção estas que envolvem a presença da Lingüística, naquela época, o espaço ocupado por ela na sociedade e nas instituições e, ainda, o sujeito lingüista.

A História da produção de um saber, conforme veremos, é feita de deslocamentos discursivos que vão se movendo, arrumando, ou desarrumando as idéias, os pensamentos, as reflexões. São muitos os discursos e os sujeitos que fazem parte do processo de produção de um determinado saber. Na História das Idéias Lingüísticas, certamente, há muitos sujeitos que fizeram a História “não oficial” da Lingüística, que estiveram nos bastidores, mas foram imprescindíveis para que ela se estabelecesse como disciplina.

Entendemos que o sujeito enunciador faz parte dessa história “não oficial”; assim, dar visibilidade à historicidade desse discurso que circulou na mídia impressa da década de 60, é uma forma de contribuir com a História das Idéias Lingüísticas no RS e com o Projeto Integrado de Pesquisa do Laboratório CORPUS/UFSM. Nessa direção, se desenvolverá o nosso trabalho, analisando a relação entre Mídia, História e Lingüística e o sujeito enunciador. Para nós, tal relação é significativa do ponto de vista discursivo, visto que existe um encadeamento de sentidos que os une, fazendo com que os sentidos tomem corpo.

A fim de entendermos tais sentidos, procuramos, inicialmente, compreender como se dá o processo de produção de um discurso, que envolve três momentos igualmente importantes que são, segundo Orlandi (2001b), a constituição, a formulação e a circulação.

A partir desse entendimento, destacamos, em um primeiro momento, alguns recortes que indicam as diferentes filiações teóricas, as quais o sujeito enunciador recorre no momento de organização do discurso. A partir da constituição, o discurso se formula; nesse momento, o discurso ganha corpo (Orlandi, 2001b). Já, num segundo momento da análise,

destacamos recortes que nos possibilitaram ver de que forma o discurso se movimenta e, também, se há deslocamentos de sentidos, confronto de idéias ou projeções.

O entendimento do modo de constituição e formulação do discurso de Scliar Cabral nos permitiu fazer algumas considerações a respeito do seu lugar na História das Idéias Lingüísticas no RS e nos permitiu desvelar alguns sentidos que emergiram dessa materialidade.

PARTE I

2 PERCORRENDO AS TRAMAS DO DISCURSO

A especificidade da Análise de Discurso está em que o objeto acerca do qual ela produz seus resultados não é um objeto só lingüístico, mas um objeto sócio-histórico onde o lingüístico intervém como pressuposto (Orlandi, 2001b, p. 87).

2.1 O movimento discursivo

Para a realização de uma análise que permita compreender a produção discursiva dos textos sobre Lingüística que circularam na mídia impressa do Rio Grande do Sul, na década de 60, trataremos do processo de produção deles. Assim, consideramos, em consonância com Orlandi (2001b), que tal processo envolve três momentos inseparáveis: a constituição, a formulação e a circulação do discurso. Assim sendo, a apresentação dos recortes e sua análise foram feitas a partir desse viés analítico. Essas três partes serão desenvolvidas, a partir de suas especificidades, embora elas possam aparecer integradas, já que as três concorrem, igualmente, para a produção dos sentidos. Conforme Orlandi (2001b), os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam.

Para Orlandi (2001b):

As palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade

significativa. E sua disposição em texto faz parte dessa sua realidade. É assim que na compreensão do que é o texto podemos entender a relação com a exterioridade (o interdiscurso), a relação com os sentidos. O texto é um objeto lingüístico-histórico (p. 86).

Sendo o texto um objeto lingüístico-histórico, interessa-nos, a partir dessa materialidade, compreender de que forma o discurso se textualiza, ou seja, a partir da relação com o interdiscurso, como ele se constitui, como se formula e como circula, para podermos apreender a sua historicidade.

O modo de circulação desses textos, na mídia impressa, as condições históricas e a relação deles com o sujeito enunciador são dados importantes para a compreensão das condições de produção em que o discurso se constitui.

Importa entender não o que o texto ensina sobre Lingüística, mas o que está em jogo no discurso, vale dizer, de que maneira a memória discursiva se faz presente, de que maneira o já-dito se atualiza, se formula, se projeta e circula.

Tomar o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores (Pêcheux, 1997) é pensá-lo não apenas como uma materialidade (um texto, um sermão, um capítulo de novela), mas como um produto a partir da materialidade, no nosso caso os textos sobre Lingüística, numa relação entre interlocutores situados, posições-sujeito constituídas imaginariamente. Nesse sentido, o discurso não se apresenta pronto, mas é o efeito de construção que se dá no ponto de intersecção entre língua, história e sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente. “A Análise de Discurso apresenta-se, assim, como uma disciplina de entremeio que faz a ligação entre língua, sujeito e história, tendo o discurso como o lugar de

observação dessa relação” (Orlandi, 1996, p. 23-35).

Sendo o discurso o lugar de observação dessa relação é importante destacar que texto e discurso são distintos para a Análise de Discurso. A partir de Orlandi (1996), podemos fazer essa distinção. Se tomarmos um enunciado, unidade que compõe o discurso, considerando sua existência pelas condições internas de textualidade, teremos um texto. Se observarmos um acontecimento que não descarta a estrutura textual, mas que além dessa, como declara Guespin (1971), *apud* Orlandi (1987, p. 117), “acolhe o histórico e o social, conjuntamente sob o modo da ideologia”, teremos um discurso. O texto tem seu lugar na Análise de Discurso como objeto empírico. Ele se constitui na base lingüística, condição essencial para que a ideologia, a história e o sujeito atuem e façam passagem para o discurso. O texto, na sua organização lingüística, é o lugar das sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas.

Já, na análise discursiva, conforme Orlandi (1996, p. 45), interessa é “a ordem da língua enquanto sistema significante material”. Não é a organização sintática, por exemplo, que faz significar o discurso, mas é o funcionamento enquanto materialidade discursiva. A ordem pré-determinada, dada pelas normas gramaticais, está para a organização da língua, como a ordem da língua está para o funcionamento do discurso.

Ao considerarmos o funcionamento da linguagem, temos uma outra ordem, a ordem da história enquanto mundo material constitutivo que representa, de modo simbólico, a materialidade dos processos sociais.

A ordem da língua gera a possibilidade de funcionamento constitutivo que dota o sistema de sentidos. As sistematicidades são, ao mesmo tempo, o lugar da variabilidade possível. Elas operam permitindo, pela incidência

da história, a passagem da forma abstrata (sistema) para a forma material (sentido). A ordem da língua coloca-se como flexibilidade própria ao sistema. Exatamente esse é o ponto que permite o apagamento da dicotomia interior/exterior à língua, pois aí história e língua fundem-se num mesmo plano de duas ordens (Orlandi, 1996).

As correlações entre as duas ordens, num certo sentido, constituem-se no ponto de diferenciação entre a Análise de discurso e as outras teorias lingüísticas. As noções de acontecimento histórico e acontecimento discursivo podem nos fazer perceber a dimensão constitutiva da linguagem afetada pela história. A história, aqui, é dotada de propriedades que organizam a constituição dos fatos, na concepção materialista da história. A ordem da história tem características próprias, que afetam a língua e criam possibilidades para as ciências.

A ordem da história, simbolizada no interdiscurso, caracteriza-se como movimento inapreensível que vai tecendo e tramando os fios constitutivos do acontecimento discursivo. Ela constrói o emaranhado de fios com os quais são tecidos os vários sentidos do mesmo fato histórico, ou da mesma palavra. É preciso lembrar que não há sentido anterior ao acontecimento em que língua e história se encontram, há apenas suporte lingüístico e histórico para que se estabeleçam efeitos de sentidos entre interlocutores.

Dessa forma, a ordem da língua e a ordem da história têm materializado um ponto de injunção no discurso, que, por sua vez, é a ordem do discurso. Nesta, o que está em causa é o funcionamento do discurso.

Conforme Orlandi (1987), o funcionamento do discurso é tido como

atividade estruturante de um discurso determinado pelas posições-sujeito, em que se representam os interlocutores, a partir das formações imaginárias.

O discurso, por ser lugar do social, apresenta-se como espaço de debate, de confronto. Em um discurso não há só a representação só dos interlocutores, mas há também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. E isto está marcado no e pelo funcionamento do discurso.

Resumindo, podemos dizer que o fundamental do discurso está em ser ele um acontecimento em que estão presentes a linguagem como materialidade lingüística; a história como memória e movimento; a ideologia como lugar da contradição e, também, o imaginário fundante dos interlocutores e do sentido; o sujeito como efeito da linguagem, da ideologia e do inconsciente.

Desse modo, interessa tomar o discurso como espaço de constituição do sentido que não descarta o sujeito e também não o acolhe numa concepção de ser empírico, individual. Como o discurso é o lugar em que língua, história e ideologia se encontram, o analista de discurso trabalha a relação da língua com a história que constitui, em seu conjunto e funcionamento, a ordem do discurso. Dessa forma, para nós, analisar é compreender a ordem do discurso sobre Lingüística, dos textos escritos por Leonor Scliar Cabral, que circularam na mídia impressa do RS, nos anos de 1966 a 1967.

Para compreender a ordem do discurso, é preciso levar em conta as condições de produção, pois elas são parte intrínseca dele. Segundo Robin (1979, p. 26) “o discurso só é discurso quando se refere a suas condições de produção”. Entendemos, assim, que o discurso se coloca como lugar de

relação entre homem/pensamento/linguagem/mundo, lugar do sentido.

A noção de discurso implica uma relação com a exterioridade lingüística. Segundo Orlandi (1996), essa exterioridade não tem a objetividade empírica do “fora” da linguagem. Ela é tomada como constituinte da textualidade. É a exterioridade discursiva (e não empírica), é o interdiscurso, definido em sua objetividade material contraditória (Pêcheux, 1988). Para este autor, algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob o domínio do complexo das formações ideológicas, dando ao sujeito a sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações experimentadas.

O processo de constituição do discurso se dá pela memória, que é tratada como interdiscurso, no domínio do dizer, já-dito ou possível, que garante a formulação do dizer. É esse jogo entre a formulação e a constituição dos sentidos que produz o efeito de exterioridade, o sentido já-lá.

O interdiscurso nos permite remeter o discurso a uma filiação de dizeres, a uma memória, em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus vínculos sociais e ideológicos. A presença do interdiscurso nos permite identificar os efeitos de sentido em um texto, pois o sentido é, conseqüentemente, um efeito dos fatores sócio-histórico-ideológicos que o constituem.

A análise do modo de constituição e de formulação do discurso do sujeito enunciador considera a relação entre o já-dito – que se manifesta por meio das diferentes filiações teóricas a que o sujeito enunciador se apóia –, e o que será dito, ou seja, formulado. As formulações se dão na relação entre o conjunto de enunciados que estruturam o interdiscurso, com a memória do dizer. Ao formular, o sujeito inscreve-se em uma memória,

fazendo com que o discurso se movimente, desprendendo novos sentidos.

O sentido, na perspectiva discursiva, vem de um já-dito, do interdiscurso. É um processo parafrástico e polissêmico pelo novo que se instala a cada retomada do interdiscurso. O sentido só existe porque se relaciona com as condições de produção, ou seja, com o contexto sócio-histórico e ideológico. Conforme Pêcheux (1997):

o sentido de uma palavra, de uma preposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, em sua relação de transferência com a literalidade do significante, mas, ao contrário, é determinante pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (p. 160).

Sendo assim, não há como separar o sentido das condições de produção, pois ele só tem existência nessa relação com a exterioridade, ele depende das condições de produção, entendidas como as relações de força e de sentidos em que a seqüência foi produzida. São as relações de forças e de sentidos, presentes no processo de produção do discurso (constituição/formulação/circulação), que nos permitirão compreender de que maneira esses processos materializam o histórico na produção de um saber sobre Linguística e como os sentidos se fazem presentes nessa discursividade.

A formação discursiva (FD) é determinante na questão do sentido, pois este não existe em si, mas a partir das posições ideológicas colocadas no jogo discursivo em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido de acordo com as posições de quem as emprega, elas tiram sentido dessas posições, ou seja, dessas relações com as formações ideológicas, nas quais se inscrevem.

Há uma relação de dependência entre sentido e FD, pois é ela quem determina o sentido. Conforme Pêcheux & Fuchs (1977, p. 169), “o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente a esta ou aquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)”.

Na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as diferentes FDs é o elemento fundamental que constitui o que se chama historicidade do texto.

A FD se define como aquilo que numa formação ideológica dada, a partir de uma determinada posição, em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito (Pêcheux, 1997).

A sujeição do sujeito a uma determinada formação ideológica (FI) se materializa na linguagem pela FD. A partir desse lugar de fala, a luta social de reprodução/transformação tem voz ou faz eco, para interpelar, chamar, reconhecer novos sujeitos em suas filiações. É esse chamamento que, ao fazer com que o indivíduo se identifique com uma formação ideológica, produz interpelação, isto é, interpelação ideológica pela linguagem.

Cabe lembrar que a ideologia, a história e a linguagem constituem o sujeito do discurso, um sujeito que, na enunciação, indicia o lugar de onde fala, por meio da formação discursiva que determina seu dizer, pelo qual exerce sua luta social, espaço de reprodução/transformação. Todo dizer tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. A ideologia produz efeitos no discurso, materializando-se nele.

Em relação aos traços ideológicos, Orlandi (2002b), tomando a posição da Análise de Discurso e pensando o conhecimento como um discurso (Pêcheux, 1988), explicita que podemos nos situar no ponto em

que o sujeito desse conhecimento pode ser observado no seu horizonte de retrospectiva e de projeção, para visar, assim, não a reconstrução de uma história, mas o processo pelo qual ela se conta. Compreender um dizer como discurso consiste em descrever a relação entre língua e exterioridade (ideologia e história). Dessa forma poderemos entender de que maneira o discurso se constitui.

A análise discursiva leva em conta o homem na sua história, ela considera os processos e as condições de produção da linguagem por meio da análise da língua dos sujeitos que a falam e nas situações em que se produz o dizer. Todo dizer se remete a um já-dito, a algo que fala antes. Orlandi (2001 a) explica:

Os dizeres são efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto também fazem parte dele (p. 30).

Através da materialidade histórica chegamos a não transparência do dizer, os sentidos que não se mostram ou ficam, como escreve Orlandi (2001 a) na citação anterior, às margens do dizer.

Convém notar que, para entender o dizer do sujeito enunciador, é preciso pensar o sentido em relação ao tempo e ao espaço das práticas do homem, ou seja, relacioná-lo às condições de produção. Em sentido amplo,

as condições de produção incluem os contextos histórico e ideológico relacionados diretamente aos efeitos produzidos.

As condições de produção em que esse dizer se forma, são responsáveis pela constituição de um sentido e não outro. Se tomarmos Orlandi (1987), veremos que as condições de produção se referem à situação em que estão em causa interlocutores, relações do sujeito enunciador com o interdiscurso; enfim, uma noção que duplica a presença do social no discurso, pois de um lado considera as relações que a posição-sujeito estabelece com o interdiscurso, enquanto saber histórico-social; de outro, considera a interferência do mundo empírico sobre o modo de relacionar-se com esse saber. É a partir do interdiscurso, da memória histórica, que o sujeito vai se movimentar para produzir o seu discurso. Esse movimento faz parte do processo de composição do discurso. Para Orlandi (2001b):

os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente importantes: sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (p. 9).

Explicita ainda a mesma autora (2001a) que, desse jogo, os discursos tiram os seus sentidos e, na situação e nas condições de produção, o interdiscurso e a historicidade determinam a discursividade. Orlandi (2001a) entende que o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, ao contrário do intertexto, que se restringe à relação de um texto com outros textos. No

interdiscurso o “esquecimento” é estruturante, porque faz parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Ainda, segundo a autora:

A memória, quando pensada em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso. O interdiscurso é aquilo que fala antes, em outro lugar, independente, é o que chamamos memória discursiva, ou seja, o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 2001a, p. 31).

Pensar em discurso, então, é pensar em memória discursiva, ou seja, é pensar no já-dito, no interdiscurso, na exterioridade que afeta ideologicamente o dizer do sujeito enunciadador. Tudo o que é dito tem relação com outros dizeres que podem estar presentes ou alojados na memória.

Ao observarmos as condições de produção e verificarmos o funcionamento da memória, do interdiscurso, devemos remeter o dizer a uma FD (e não outra) para compreendermos o sentido que ali está contido.

Foucault, em *A arqueologia do saber* (2002), formula o conceito de FD, que surgiu a partir de sua preocupação em descrever as relações entre enunciados no campo do discurso. O autor percebe que entre as relações de enunciação há séries lacunares, desvios, jogos de diferenças, etc. Conclui, assim, que é necessário descrever sistemas de dispersão, que, por sua vez, estão relacionados com as formações discursivas.

Pêcheux & Fuchs (1977) retomam a noção de FD, ao elaborarem o

quadro epistemológico da Análise do Discurso. É a partir do conceito de formação ideológica (FI) que eles fazem essa retomada; pois, segundo os autores, a FI é o elemento suscetível de intervir, como uma força confrontada a outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social. A FI constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas relacionam-se com as posições de classe. A FI comporta necessariamente uma ou várias FDs interligadas, as quais determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada, excluindo ou apagando o que não pode ser dito.

A FD é o lugar específico da constituição dos sentidos e da identificação do sujeito, já que ela é a manifestação, no discurso, da materialidade ideológica. A noção de FD representa, na Análise do Discurso, um lugar central de articulação entre língua e discurso. A Análise do Discurso opera com a noção de discurso enquanto componente da FI, com a finalidade de apreender o funcionamento da ideologia na constituição do discurso.

A noção de FD passou por três fases distintas na Análise do Discurso (Grigoletto, 2003). Primeiramente, em 1969, era vista como um conjunto de regras de formação atravessadas pela homogeneidade. Por isso, os autores falavam em diferentes FDs, separadas umas das outras, sem elo de ligação. Num segundo momento, a partir de 1975, eles passaram a falar num complexo de FDs, em que uma é dominante e mantém relações com as outras. Já com Courtine (1982), foi inaugurado um novo momento em relação à noção de FD. Não se trata mais de um complexo de FDs com dominante, mas de uma FD heterogênea, na qual há lugar para o diferente,

para o contraditório. São diferentes posições-sujeito no interior de uma mesma FD heterogênea. As fronteiras dessa FD são fundamentalmente instáveis, não tendo um limite traçado definitivamente, já que ela admite deslocamentos.

Courtine (1982, p. 245) acrescenta a idéia de que “uma FD não é só um discurso para todos, não é também a cada um seu discurso, mas deve ser pensada como dois (ou mais) discursos em um só”. Assim, temos a contradição como elemento constitutivo de toda FD, que é considerada heterogênea em relação a si própria. Há, nessa noção de FD, lugar para as contradições, para as diferentes posições-sujeito e para os diferentes efeitos de sentido.

Orlandi (2001a, p. 43-44) também estabelece uma relação de associação entre a FD e o interdiscurso. Segundo a autora:

As FDs podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma FD em relação a outra. Os sentidos dependem de relações constituídas nas/pelas FDs. No entanto, é preciso não pensar as FDs como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (p. 43-44).

Nessa direção, caracterizamos a noção de memória discursiva em nossa análise, em busca das filiações teóricas que se representam através das diferentes formações discursivas, que são acionadas pelas formações ideológicas no momento da constituição do discurso.

A partir da análise de como se constitui o discurso sobre Lingüística, nos textos de Leonor Scliar Cabral, e através das relações que eles estabelecem com o interdiscurso, investigaremos as formulações, mais especificamente o movimento discursivo, o confronto de idéias e as projeções, pois o modo como a autora formula é importante para que possamos compreender os sentidos. A partir da compreensão dos sentidos nessa materialidade discursiva, teremos a possibilidade de justificar a relação desses textos com a História das Idéias Lingüísticas, dando visibilidade a fatos que fizeram parte do processo de constituição desse saber no RS.

2.2 A produção do saber

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói o seu passado como se crê erroneamente com freqüência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (Auroux, 1992, p. 11-12).

A produção de um saber não ocorre a partir de um fato isolado, mas a partir de um conjunto de idéias, textos, deslocamentos, formulações e reformulações, que fazem parte desse processo culminado, assim, com a sua constituição. Se tomarmos a história da Lingüística no Brasil, por exemplo, veremos que ela é feita de uma diversidade de materiais, enfoques e métodos, de formulações e reformulações que estiveram presentes na sua constituição.

Pensando na organização do saber sobre a Lingüística, poderíamos

dizer que ela se dá em cadeia, ou seja, de discurso em discurso, assim a Lingüística passou a ocupar espaço, por exemplo, nas obras, nas universidades e no meio social, dividindo-se entre as mais variadas teorias que se foram formando. Esse caminho que leva à composição de um determinado saber não nos é visível em muitos casos, como na história da constituição da Lingüística no Brasil. Por isso, interessa-nos tratar do processo pelo qual esse saber se forma, e não simplesmente da história da Lingüística e datar fatos numa seqüência cronológica.

As pesquisas referentes às transformações do saber sobre língua e linguagem se desenvolveram de maneira considerável nas últimas décadas. Segundo Scherer & Brum de Paula (2002), dentro desses estudos há um domínio vasto e ainda pouco explorado: a história das disciplinas. A disciplinarização da Lingüística é um desses domínios que, até pouco tempo, também era pouco explorado no Brasil. No entanto, atualmente, vem sendo estudada de maneira significativa sob o ponto de vista da história das idéias lingüísticas, por meio do Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil e de tantos outros projetos ligados a diferentes instituições do País.

Por entender a relevância dos estudos que vêm sendo feitos nesse sentido, vale entender, os estudos inseridos no “Projeto Integrado de pesquisa do laboratório CORPUS/UFSM – Lingüística e História Literária no sul: estudo das idéias e organização da memória”, a nossa pesquisa vem ao encontro dos propósitos do projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil, nos possibilitando dar visibilidade a fatos que não só fizeram parte do processo de constituição da Lingüística no Rio Grande do Sul, mas também fizeram sentido na história das idéias lingüísticas. Eles nos

permitem, por meio de uma análise discursiva, compreender que sentidos são esses, o que eles significaram no processo de organização desse saber.

Em relação à disciplinarização da Lingüística, trataremos do processo de produção de um discurso sobre Lingüística no momento da sua formação no Brasil. A noção de disciplina é tomada, aqui, como:

associée à l'organisation d'un champ de savoir, c'est-à-dire à une pensée du savoir comme champ. Moins qu'aux théories elles-mêmes, dans leur consistance ou l'histoire de leurs concepts, elle renvoie alors à l'ensemble des facteurs sociologiques, institutionnels ou politiques qui permettent d'expliquer comme une école de pensée, une branche d'enseignement, un courant de recherche se sont formés, normalisés (Savatovsky, 1995, p. 6).

A nossa intenção não é tratar da história das instituições que ajudaram a constituir a Lingüística como disciplina, mas da história das idéias lingüísticas que fizeram parte desse processo, no momento em que não havia ainda espaços institucionalizados para a divulgação desse saber. Trataremos, mais especificamente, do modo como um saber sobre a Lingüística circulou num determinado momento da história. No entanto, falar em produção do saber é falar de sentidos em movimento, de sujeito e idéias que circulam e como circulam; é considerar os modos de dizer e os processos de sua institucionalização; é falar de condições históricas de produção do saber e do sujeito do conhecimento como parte dessas condições.

Em face disso, entendendo o discurso como algo que está em relação com fatores sócio-histórico-ideológicos que o constituem, a nossa análise procura se reportar àquilo que é exterior à língua, ou seja, pensar na

história, na ideologia e, logo, nas condições de produção. Entendemos que é nesse movimento do discurso que se dá a produção do saber.

Segundo Foucault (2002), um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva, em que o domínio constituído por diferentes objetos irá ou não se revestir de *status* científico. O autor exemplifica essa proposição com o saber da psiquiatria, no século XIX. Este não era a soma do que se acreditava verdadeiro, mas o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios, de tudo que se pode falar no discurso psiquiátrico.

Para o autor, um saber também é o lugar que o sujeito ocupa para falar dos objetos dos quais trata em seu discurso, como no saber da medicina clínica, que pode ser exercido pelo sujeito do discurso médico. Ele também considera como saber o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados, em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam. Assim, não há saber que não esteja em relação com outros discursos.

Na história arqueológica proposta por Foucault (2002), ele revela as práticas discursivas que vão dando lugar a um saber, que assume o status e o papel da ciência. Ele traça o seu perfil desse saber a partir da descrição das práticas discursivas e define de que forma ela pôde dar lugar aos processos de epistemologização, atingir as normas da cientificidade e chegar ao limiar da formalização. Buscar a descrição dessas práticas discursivas na história das ciências, não significa buscar a origem de um determinado saber, mas, sim “fazer aparecer entre positivities, saber, figuras epistemológicas e ciências, todo o jogo das diferenças, das relações, dos desvios, das defasagens, das independências, das autonomias, e a maneira pela qual se articulam entre si historicidades” (Foucault, 2002, p. 216).

A essa análise das formações discursivas, das positivities e do saber ele denominou de análise da episteme, que é tida como:

O conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estarem defasados no tempo; as relações que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas (Foucault, 2002, p. 217).

O autor continua explicando o que entende por episteme: A episteme não é um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (Foucault, 2002, p. 217).

Como podemos entender, a descrição da episteme tem características essenciais que abrem um campo inesgotável e não podem, nunca, ser fechadas.

Essa descrição da episteme não questiona a legitimidade ou direito de algo que se apresenta como ciência, mas sim o que é, para essa ciência, o fato de ser conhecida, colocando em jogo, no discurso científico, não o seu direito de ser uma ciência, mas o fato de que ele existe. Não interessa, aqui, a origem que funda, em um sujeito transcendental, o fato e o direito, mas os

processos de uma prática histórica.

Foucault (2002) descreve os discursos que, através dos tempos, se tornaram conhecidos, como o discurso da Medicina, ou o da Economia Política, ou o da Biologia. O autor mostra que essas unidades formam domínios autônomos, embora não independentes; regrados, embora em contínua transformação; anônimos e sem sujeito, ainda que integrem tantas obras individuais. Assim, o autor trata dos processos de uma prática histórica, que levam à constituição de um determinado saber científico e que fazem parte do discurso da ciência.

Em relação ao discurso da ciência, Pêcheux (1997) retoma as reflexões de Foucault e foca a questão do sujeito como inerente ao processo de produção de um discurso:

(...) não há ‘discurso da ciência’ (nem mesmo, a rigor, discurso de uma ciência) porque todo discurso é discurso de um sujeito – não, obviamente no sentido behaviorista de ‘comportamento discursivo de um indivíduo concreto’, mas entendendo que todo discurso funciona com relação à forma-sujeito, ao passo que o processo de conhecimento é um ‘processo sem sujeito’.

Esse posicionamento de Pêcheux (1997) é importante para a nossa análise. A forma-sujeito de um discurso modifica-se conforme as suas condições de produção. Como o discurso de Leonor Scliar Cabral data da década de sessenta, entendemos que a sua materialidade histórica está relacionada à forma-sujeito, ou seja, à forma-sujeito do discurso da ciência lingüística da época.

Para Pêcheux (1997):

O verdadeiro ponto de partida em referência ao qual podemos compreender por que “a ideologia é exterioridade” para a ciência e para o real, é exatamente o mesmo ponto de partida que nos levou a desenvolver a análise da forma-sujeito, na qual a ideologia não possui um exterior. Esse verdadeiro ponto de partida, já se sabe, não é o homem, o sujeito, a atividade humana, etc., mas, ainda uma vez, as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (p. 179).

A história da produção dos conhecimentos científicos está inscrita, segundo Pêcheux (1997, p. 190), na história da luta de classes. Com isso, o autor quer dizer que a produção de um conhecimento científico não deve ser entendida como uma “criação da imaginação humana”, “um desarranjo dos hábitos do pensamento”, citando T. S. Kuhn, mas como o efeito de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica.

As idéias científicas de uma determinada época estão relacionadas à história (luta de classes), ou seja, o sistema das ideologias teóricas próprias a uma determinada época, com as formações discursivas que lhe são correspondentes, é determinado pelo todo complexo com dominante das formações ideológicas em presença impostas pelo conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado.

Conforme Pêcheux (1997):

Isso significa que as contradições que constituem o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção se repercutem, com deslizamentos, deslocamentos, etc., no todo complexo das ideologias teóricas sob a forma de

relações de desigualdade-subordinação, que determinam os “interesses” teóricos em luta numa conjuntura dada, e isso tanto no período que precede o começo histórico de uma ciência quanto durante o desenvolvimento sem fim que esse começo inaugura (p. 191).

Entendemos que o discurso de Leonor Scliar Cabral está relacionado às condições ideológicas da época e aos interesses teóricos em luta no momento de fundação da Lingüística no Brasil. Interessa-nos entender como se dá o processo de produção desse discurso. Com isso, compreenderemos de que forma se produzem os sentidos, que se dão pela interpelação do indivíduo em sujeito sob o efeito do interdiscurso (Pêcheux, 1997).

Entender o processo de produção do discurso é entender os deslocamentos, os deslizamentos dos quais fala Foucault (2002), pois é aí que se dá a produção do saber.

Também, em relação à produção do saber, entendemos, segundo Pêcheux (1997), que ela não acontece pelos cortes ou pelas descontinuidades. Para o autor:

O processo de produção dos conhecimentos é um ‘corte continuado’; ele é, como tal, coextensivo às ideologias teóricas, das quais ele não cessa de se separar, de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia (p. 198).

Sendo o processo de produção dos conhecimentos um corte continuado, entendemos que todo discurso científico não pode fugir às ideologias teóricas, pois a materialidade histórica, o já-dito, está no

discurso, assim como a materialidade lingüística, porque toda materialidade lingüística é também histórica.

Em relação a essa questão, Pavel (1990) faz uma crítica a respeito dos terrenos epistemológicos sobre os quais cultivamos nossas propostas. Ele alerta que é preciso reconhecer que, por detrás dos nomes estruturalismo, semiologia, teoria e pós-estruturalismo, os quais reuniam tanto estruturalistas quanto anti-estruturalistas, existia a antropologia de Claude Lévi-Strauss, a psicanálise de Lacan, a epistemologia de Michel Foucault, a poética de Roland Barthes e também as numerosas derivações, as diversas filosofias do signo e da modernidade, as economias do simbólico, as teorias do corpo e do sujeito. Na década de 60, segundo esse autor, os índices que anunciavam uma mudança em relação aos estudos lingüísticos se multiplicavam na França e coincidiam com o desaparecimento de três dos principais inspiradores do movimento: Barthes, Lacan, Foucault, como se o avanço das ciências humanas se regulasse pelo ritmo arcaico da vida e da morte dos soberanos.

Orlandi (2002a) também faz uma crítica nesse sentido, ela entende que, se o Estruturalismo deu à Lingüística a posição privilegiada de ciência piloto das ciências humanas, ao conseguir formalizar o tratamento do seu objeto, isso se deu ao preço de “esquecimentos voluntários” – do sujeito e da situação, por exemplo – que não permitiram a mera transferência de resultados dessa disciplina para outras ciências humanas, o que se transformou mais em distância e incompreensão do que em real contribuição, para se prestar como instrumento para as demais.

Em se tratando de discurso científico, Orlandi (2002a) observa que “Dar a César o que é de César” não é só um ditado inspirado no direito

romano mas uma prática que ratifica a propriedade das idéias e também sua legitimidade, seu valor.

Conforme Pavel (1990), seria errôneo acreditar que a crítica ao humanismo, ao sujeito e à verdade são traços singulares do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Ele faz algumas análises que mostram que esses traços acompanham as filosofias da virada lingüística, análises essas que, reconhecendo todas elas a impossibilidade de fundar a certeza na vida do sujeito, procuram novas soluções por meio da linguagem. O citado autor declara ainda que nós nos deixamos encantar, entre outras, pela lenda dos anos 60 e seus heróis intelectuais. Para o autor, o movimento do saber exige que as contas estejam sempre em dia e bem feitas. Embora ele faça essa crítica em relação ao estruturalismo, ele acha prematuro minimizar a importância das disciplinas do signo por elas não estarem mais no centro da atenção intelectual; pois, avaliar a tentativa da modernização feita por essa corrente, contribui para compreender um paradigma do qual o presente se distancia insensivelmente, para identificar escolhas catastróficas, para assinalar riscos sempre atuais e sugerir decisões.

O dizer de Pavel (1990), em relação ao fato de que o movimento do saber exige que as contas estejam sempre em dia e bem feitas, assemelha-se com o de Pêcheux (1997), pois se a produção do saber é um corte continuado e não existe um puro discurso científico, deve fazer parte do discurso do sujeito da ciência as ideologias teóricas às quais ele se assujeitou. Dessa maneira, para que um saber pertença a um domínio de cientificidade é preciso que o que seja proposto submeta-se a certas leis de construção, a certas normas científicas de uma determinada época.

Aqui, é pertinente a contribuição de Orlandi (2002a), em relação ao mecanismo de produção de um discurso científico, que toca a questão da continuidade. Segundo a autora, não comentar a fala do outro, não declarar filiações no discurso científico, é um modo de estancar trajetos significativos, de não historicizar a produção científica e de iludir-se com a existência da idéia absoluta. Ainda, segundo ela, a citação não é apenas uma questão moral, mas funcional, porque faz parte do modo de produzir ciência.

Com isso, podemos entender que o discurso sobre Lingüística de Leonor Scliar Cabral não apaga a materialidade histórica do dizer, nem a sua memória histórica; pois, como veremos durante a análise, o dizer de Scliar Cabral movimenta-se entre diferentes filiações teóricas, produzindo deslocamentos, circulando pelas diferentes formações discursivas, percorrendo diferentes posições. Nesse movimento do discurso, se dá a produção do saber, em que o sujeito assume posições; nesse movimento do discurso, estará o foco de nossa análise. Por intermédio do estudo do movimento discursivo, presente nessa materialidade, poderemos entender os sentidos e atribuir a eles um lugar na História das Idéias Lingüísticas no Rio Grande do Sul.

Esta análise só é possível porque a Análise de Discurso trata da historicidade do texto, que não pode ser confundida com a história em forma de cronologia e de evolução. Por isso é importante tecermos algumas considerações que envolvem a questão da relação entre História e Lingüística, a fim de entendermos que relação é essa, que história é essa da qual estamos tratando.

2.3 História e Lingüística para a AD

A história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes, como o “bom lado” da história se oporia ao “mau lado”; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes (Pêcheux, 1997, p. 190).

Orlandi (1996) marca a sua posição em relação à leitura da história sob uma perspectiva discursiva, voltada para a historicidade do texto e não simplesmente para a história que entendia, na sua relação com a língua, uma dimensão temporal expressa na forma de cronologia e de evolução. Segundo a autora, a Análise de Discurso é um marco na história das idéias lingüísticas, em uma mudança que toca essa distinção entre história e historicidade.

Para Orlandi (1996), essa relação passa a ser entendida como constitutiva. Conforme a autora:

se se pode pensar uma temporalidade, essa é uma temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade tal como algo lá fora, refletido nele. Não se parte da história para o texto, como na análise de conteúdo, se parte do texto enquanto materialidade histórica. A temporalidade (na relação sujeito/sentido) é a temporalidade do texto (p. 55).

Assim, devemos partir do texto enquanto materialidade histórica, colocando-o em relação com os fatores sócio-histórico-ideológicos em que ocorreu a sua constituição. É necessário não só trabalhar a historicidade do texto, mas também compreender como a matéria textual produz sentidos. A

historicidade, aqui, é entendida como os movimentos do texto, o seu acontecimento como discurso, o trabalho dos sentidos nele.

Entender a história dos conhecimentos lingüísticos, dentro da perspectiva a qual nos inserimos, não visa apenas a um estudo evolutivo dos fatos, nem a reconstruir e a interpretar fatos com sentidos já dados, dispostos em seqüência cronológica, mas visa a compreender como os fatos reclamam sentidos (Henry, 1997); fatos cuja materialidade não foi possível ser apreendida em si, mas no discurso. Segundo Orlandi (1996), há uma determinação histórica dos sentidos, o que não significa pensar a história como evolução e cronologia, mas pensar como os sentidos são produzidos e como circulam.

Entendemos que a história está presente na linguagem pelo caráter de mobilidade que assume, quando colocada na perspectiva do funcionamento. A mobilidade está no sujeito, no sentido, no discurso, nenhum deles pára, todos estão em curso, onde retomam o já acontecido e fazem o novo acontecer.

Segundo Guimarães (2004), “cabe à história não dizer o que continua, mas na contínua seqüência de fatos da vida humana compreender, ao contar, o que torna uma coisa outra” (p. 13). Para ele, sob o ponto de vista da história das idéias, “trata-se de poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como, ao permanecerem, mudaram, ou ganharam contornos específicos. Ou seja, em que momento encontramos acontecimentos pelos quais um conceito se constitui, permanece, ou se torna outro” (p. 13).

Logo, entendemos que História e Lingüística são indissociáveis. Conforme Orlandi (1987): “o caráter histórico da língua está em ser ela um

fato social no qual entram o caráter de processo, a intervenção da memória, a relativa estabilidade do sistema e das funções sociais e normas de comportamento” (p. 99).

Não podemos separar a língua dos fatores sócio-histórico-ideológicos, todos fazem parte do processo de constituição de um discurso, a materialidade lingüística está inscrita na materialidade histórica.

Muitos estudiosos como Pêcheux (1997); Henry (1997); Robin (1979); Auroux (1992) e Orlandi (2001a), ressaltam a importância da relação entre História e Lingüística, eles adotam o mesmo pensamento, de que a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história.

A história, na linguagem, responde pelo movimento constitutivo, tanto como idéia de memória que sempre retorna como fazer social, no qual está sustentada a ideologia, quanto como memória que permite novas formulações que seguirão compondo “outras vozes”.

A relação entre história e Lingüística tem sido explorada por lingüistas e por historiadores que vêem o texto como um objeto lingüístico-histórico, assim desestabilizando uma visão de história como algo estável, não sujeita a interpretações.

Se o texto é, ao mesmo tempo lingüístico e histórico, temos de buscar, na sua materialidade lingüística, a sua materialidade histórica, a qual só podemos entender por meio de um estudo das condições de produção em que se deu a formulação do discurso. As condições de produção estão diretamente relacionadas aos fatores extra-lingüísticos, às formações sociais e aos lugares que os sujeitos aí ocupam.

Desde a constituição do projeto intitulado “A História das Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas”, vários trabalhos e

várias pesquisas têm sido feitos e publicados no Brasil, com a participação de pesquisadores de diversas universidades. Esse projeto vem sendo desenvolvido por um conjunto de centros de investigação conveniados, tais como: o Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo (USP). Na França, a unidade de Paris VII e a École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines de Lyon, junto à UNICAMP, teve como coordenadora, até 2003, Eni Orlandi, lugar ocupado, hoje, por Eduardo Guimarães; junto à USP, Diana Luz Pessoa de Barros; no lado francês, Sylvain Auroux (ENS); no lado brasileiro, compõe a equipe do projeto um conjunto de pesquisadores vinculados a diversas universidades brasileiras.

Todos esses trabalhos seguem a proposta do projeto, que é explicitada por Orlandi (2001c):

Com nosso projeto, o que visamos desde o início, foi estabelecer e difundir estudos sistemáticos que tocam a questão da história do conhecimento lingüístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisa. Visamos conhecer a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que pensamos a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem. Não menos importante, nessa perspectiva, é pensar a relação Língua/Nação/Estado e o cidadão que essa relação constitui (p. 9).

Dentro dessa proposta, também se insere a nossa pesquisa, que tem como tema a historicidade presente na produção do saber sobre a Lingüística no Rio Grande do Sul, nos textos de Leonor Scliar Cabral.

O nosso estudo cria a possibilidade de não só conhecer a história de

uma ciência, em um dado momento, mas de compreender como toma forma a tradição lingüística brasileira, pois o modo de circulação desses textos e o seu funcionamento discursivo podem nos fazer compreender o que é significativo nesse processo para a história das idéias lingüísticas no Rio Grande do Sul.

Em relação ao projeto “História das idéias lingüísticas no Brasil: Ética e política das línguas”, é importante destacar em primeiro lugar a influência de Aurox. Conforme Orlandi (2002b), foi a partir de um projeto dirigido por esse autor, em Paris, quando organizavam pesquisas históricas, que ela passou a interessar-se mais pelo estudo da História das Idéias Lingüísticas no Brasil.

Aurox (1992), ao tratar de pesquisas históricas, afirma que só recentemente filósofos e historiadores começaram a estudar o desenvolvimento das Ciências da Linguagem, a partir de métodos e de pontos de vista que são os da filosofia e os da história das ciências.

Eles se propuseram a abordar tais disciplinas com o mesmo procedimento com que é abordada a matemática, a física ou a biologia, ou seja, procurando entender o processo pelo qual um determinado saber se constitui em um determinado espaço-tempo.

Conforme o citado autor, enquanto há uma grande quantidade de discussões sobre o início do pensamento matemático, ou sobre as mutações das concepções da realidade natural, é bastante surpreendente que haja o mesmo número de discussões para as Ciências da Linguagem. Para ele “ser historiador é se colocar a questão global da mudança (por quê, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade em si e para si” (p. 12). Ele propõe, por exemplo, no seu estudo “*A revolução tecnológica*

da gramatização”, questões como: quando e em quais circunstâncias nasceram as disciplinas consagradas à linguagem? Qual é o impacto da linguagem sobre o desenvolvimento cultural? Quais são os grandes movimentos ocorridos na linguagem?

O autor alerta que há diferentes formas de narrativas da história das idéias desde o século XIX, as quais ele classifica em três categorias: a) a dos que visam a construir uma base documentária para a pesquisa empírica; b) a dos que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam; c) a dos que têm um papel fundador, eles se voltam para o passado, a fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea. “Como o ato de saber é limitado, possui por definição uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção” (Auroux, 1992, p. 11).

Observando não a reconstrução da história, mas o processo como se dá o contar, Orlandi (2002b) sugere:

(...) tomando a posição da AD, e pensando o conhecimento como um discurso (M. Pêcheux, 1975), podemos nos situar no ponto em que o sujeito desse conhecimento pode ser observado nesse horizonte de retrospectão e de projeção, e visamos assim não a reconstrução de uma história, mas o processo pelo qual ela se conta. Temos, dessa forma, a nossa contribuição específica e que é, em si, uma quarta categoria das iniciativas de se contar essa história (p. 12).

Através de uma análise discursiva, a autora propõe uma outra leitura da história dos conhecimentos lingüísticos, que compreenda o processo, ou seja, os movimentos que fizeram parte da produção do saber, já que eles põem em relação o lingüístico com o histórico.

Podemos entender melhor a questão em relação à quarta categoria, quando Orlandi (2002b) especifica:

Pensando o trabalho do historiador, creio que a diferença de um trabalho como o que proponho está em uma inversão: ao invés de fazer a história da sociedade brasileira aí incluindo a língua, procuro mostrar como o estudo sobre a história da língua e de seu conhecimento pode nos ‘falar’ da sociedade e da história política da época, assim como do que resulta como idéias que se constituem e que nos acompanham ao longo de nossa história (p. 15-16).

A nossa pretensão neste trabalho é justamente compreender, pela análise discursiva dos textos, que sentidos estão neles investidos, que podem indiciar a sociedade e a história política da época, ou seja, que efeitos esse discurso provoca na produção do saber sobre a Lingüística.

Segundo a mesma autora, a entrada no discurso histórico por meio do discurso sobre a língua permitiu que fosse interrogada a própria produção da história da ciência, como parte da construção dos sentidos da brasilidade, sem a pretensão de fixar um sentido para a história, mas sim de compreendê-la como produção de sentidos.

Entendemos, como Orlandi (2001c), que contar a história das idéias lingüísticas é tomar como objeto de estudo o discurso das ciências da linguagem, não só para datar fatos e os ordenar na ordem cronológica de seus acontecimentos, como faz a historiografia; mas também para, a partir da consideração das condições de produção desses discursos, analisar a textualização política deles e seus efeitos sociais na história humana. Trata-se de “tomar a questão do conhecimento não como lógica ou como uma

relação de causa-efeito, mas como uma prática que deixou e deixa resultados na história do homem”¹. De acordo com Auroux (1992, p. 11), “todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento da verdade, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. O ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção e um horizonte de projeção”.

Privilegiando essa forma de tratar as pesquisas históricas, estas voltadas à história das idéias lingüísticas (proposta por Orlandi 1997; 2001c; 2002b) e tendo como tema a produção do saber sobre a Lingüística no Rio Grande do Sul, estamos desenvolvendo nosso trabalho.

O nosso interesse, a partir desse projeto maior, conforme já mencionamos, consiste em analisar os processos discursivos que indiciam a historicidade na produção do saber sobre Lingüística, nos textos de Leonor Scliar Cabral, que circularam na mídia impressa nos anos 60, para entender que sentidos estão aí investidos. Partimos da hipótese de que tal discurso pode ser visto como parte importante do processo de constituição da Lingüística no Rio Grande do Sul.

É importante lembrar que a constituição de um saber é perpassada por uma heterogeneidade de ações e dizeres que fazem parte do processo. O nosso objetivo é analisar um dizer que circulou, de uma maneira característica da época, na mídia impressa, mais especificamente no Jornal Diário de Notícias. Tal dizer divulgou a Lingüística num período em que poucos estudiosos sabiam ou falavam sobre esse domínio do conhecimento, pois a Lingüística estava começando a se constituir, a tomar corpo no

¹ Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas.

Brasil. Vemos esse dizer como parte do processo de formação da Lingüística e questionamos sobre os seus efeitos de sentido e sobre a importância desses efeitos na história das idéias lingüísticas do Rio Grande do Sul.

Muitos artigos, livros, teses, dissertações, revistas e boletins resultaram da primeira fase de desenvolvimento do projeto cujo tema é a “História das Idéias Lingüísticas: Construção de um saber Metalingüístico e a constituição da Língua Nacional” e cujo foco é a relação da produção do conhecimento lingüístico ligado à constituição da língua portuguesa como língua nacional do Brasil.

Trabalhos como os que veremos foram desenvolvidos por estudiosos que integram esse projeto que, como já foi dito, congrega pesquisadores de várias instituições brasileiras, desenvolvendo-se em parceria com a equipe de S. Auroux. É preciso lembrar que tomamos como referência para o desenvolvimento de nossa pesquisa esses trabalhos por estarem dentro dos propósitos aos quais nos sujeitamos.

Orlandi (2001c), por exemplo, organiza a obra *História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*, que é composta por textos extraídos de dicionários (monolíngües e bilíngües) e gramáticas, considerados, em suas discursividades, como objetos históricos em relação com a história da ciência e da sociedade. Enquanto objetos históricos disponíveis para a sociedade brasileira, são lugares de representação e de construção da unidade e da identidade nacional (Língua/Nação/Estado).

Da mesma forma, em nosso estudo, consideramos nosso objeto de análise também como um lugar de representação e de construção da

História da Lingüística do Rio Grande do Sul, porque representa um momento importante na história da construção desse saber, pois apresenta as idéias lingüísticas pertinentes para a época.

Orlandi (2000), observando o processo de gramatização do Brasil, procura entender os diferentes sentidos; ela parte, inicialmente, da divisão da produção em São Paulo (tendência filosófica) e Rio de Janeiro (tendência histórica) para avaliar as diferentes definições de gramática e seus efeitos de sentido. A autora também considera a relação entre Estado, gramática e autoria do gramático na legitimação do sujeito brasileiro com sua língua nacional. Ela mostra a diferença entre a autoria no século XIX e a que consta no decreto que estabelece a nomenclatura gramatical brasileira (NBG) – 1958 – em um percurso progressivo em direção à cientificidade, em que o conhecimento gramatical vem caucionado pelo lingüista.

Aqui, em nosso estudo, poderíamos pensar nessa questão da autoria em relação ao sujeito lingüista da época, o aquele que ainda procurava o seu lugar, conforme veremos no capítulo que se refere ao sujeito lingüista daquele momento.

Almeida (2002) analisa obras de dois autores que marcaram os estudos lingüísticos no Brasil, do final do século XIX até a primeira metade do século XX: Pacheco da Silva e Said Ali. O objetivo é compreender como esses autores enunciaram os elementos de origem africana no português do Brasil, chamados africanismos, em relação à língua nacional do Brasil.

No nosso estudo, acreditamos que o dizer em análise contribuiu com sua importância para a década de 60 e marcou os estudos lingüísticos no Rio Grande do Sul, embora de forma silenciosa.

Outra obra que não podemos deixar de mencionar é *Língua e Conhecimento Lingüístico: para uma história das Idéias Lingüísticas no Brasil* (2002b), na qual Orlandi aborda o surgimento das primeiras gramáticas, os acordos, a organização do ensino de língua nacional, a criação dos colégios, o funcionamento e o naturalismo como lugares de produção e deslizamento de idéias sobre o Brasil. A mesma autora analisa o funcionamento das teorias, das idéias, da identidade lingüística ao compasso da ética e da política.

Em nosso trabalho, tomamos, também, nosso objeto de estudo como lugar de produção e deslizamento de idéias, pois há formulações, deslocamentos e projeções em relação aos estudos lingüísticos que vinham se desenvolvendo no Brasil e no exterior.

Já Lagazzi-Rodrigues (2002) estuda o processo de legitimação científico institucional da disciplina Lingüística em meio ao movimento de gramatização brasileira do Português, a partir de dois livros de Mattoso Câmara Jr. A autora discute a nomeação “língua portuguesa” ante a institucionalização lingüística e questiona sobre qual é o recorte que configura, na memória discursiva, o percurso da legitimação científico-institucional nos estudos sobre a língua no Brasil.

Em relação à memória discursiva, na primeira parte da nossa análise, buscamos compreender de que forma se dá a constituição do discurso e o que faz parte de tal memória.

Dentro da mesma linha de trabalhos, também citamos Scherer (2002) que trata da História da Lingüística Aplicada no Brasil. Por meio desse estudo, a autora mostra como se deu a constituição do discurso da Lingüística Aplicada, discurso esse marcado por uma trajetória direcionada

para esse campo do saber. Pensando em dar à Lingüística Aplicada não só uma nova existência, em sua quinta década, mas ainda, uma autonomia ainda não instituída, Scherer sustenta que é preciso reconstruí-la enquanto discurso constitutivo de uma disciplina. A partir de uma retrospectiva histórica, na procura de ressonâncias fundadoras, a autora estabelece uma espécie de mediação entre as várias sub-áreas da Lingüística Aplicada muitas vezes concorrentes, mas sempre complementares para, assim, constituí-la como disciplina.

Conforme veremos na análise do nosso trabalho, no discurso do sujeito enunciativo há uma preocupação em relação à Lingüística Aplicada, o que nos faz pensá-lo como uma das ressonâncias fundadoras desse campo do saber. É interessante observar que Scherer cita Leonor Scliar Cabral com a obra *Introdução à Lingüística*, publicada em 1973, na qual Scliar Cabral faz referências ao papel da Lingüística Aplicada, referências essas que também são feitas no discurso que estamos analisando, que circulou muitos anos antes da obra de 1973.

É pertinente salientar que estudos como os acima citados passam a vigorar no processo de constituição e institucionalização de um determinado saber no espaço acadêmico e social.

Tais textos abrem perspectivas para que possamos localizar alguns momentos importantes na história da Lingüística, a fim de analisar sua presença na cena brasileira, de entender como ela passa a ser um elemento da história brasileira, história do saber metalingüístico e história de uma política lingüística, que tem na relação do Estado com a Ciência e sua institucionalização uma referência fundamental (Orlandi & Barros, 1997).

Segundo Orlandi & Barros (1997), torna-se importante pensar a

prática da Lingüística no Brasil, a partir de trabalhos como os de Antenor Nascentes, com sua dialetologia, e Mattoso Câmara, com sua Lingüística Geral, Lingüística das Línguas Indígenas (a chamada Lingüística Antropológica) e Lingüística da Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, é possível retomar a questão da história da gramática afetada pela Lingüística e pela Filologia.

PARTE II

3 RELAÇÕES DO OBJETO DE ESTUDO COM AS SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

3.1 A Lingüística e o sujeito lingüista na década de 60

A história da Lingüística, no Brasil, segundo Altman (1998), não conta com muitas obras de referência que possibilitem recuperá-la em sua totalidade. Recuperar o desenrolar de uma história não é possível, visto que um discurso está sempre em relação a outros discursos; portanto, não existe um discurso origem, um discurso inaugural de uma história. Existem e podem ser recuperados os momentos dessa história dentro de um processo em que estão em jogo determinadas relações entre sujeito-língua-história. Segundo a autora acima citada a literatura crítica sobre os estudos lingüísticos no País é uma literatura extremamente dispersa.

A fim de conhecermos um pouco sobre a Lingüística no Brasil, na década de 60, período em que circularam os textos que são nosso objeto de estudo, nos apoiaremos na obra publicada em 1998, “A pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)”, de Cristina Altman. Segundo a autora este é o primeiro trabalho extenso de historiografia da Lingüística Brasileira, que procura tanto mapear o período de 1968 a 1988, em que essa disciplina se desenvolveu de maneira notável, quanto o período que antecedeu a esse desenvolvimento.

Embora seja uma obra de cunho historiográfico, suas informações

servirão para melhor entendermos as condições de produção em que os textos, objeto de nosso estudo, se constituíram e para localizarmos esse dizer dentro da história da Lingüística da época, no Brasil.

A obra de Altman faz um apanhado que começa pelo período posterior aos estudos da Lingüística no País, ou seja, após 1968. Segundo a autora, o fato de ter centrado o seu estudo no período entre 1968 e 1988 não implica em admitir que não houve nada antes que não pudesse ser designado como Lingüística, a escolha desse período é para entender o resultado de um longo e descontínuo processo de cientifização e intitucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil, que o antecede e contextualiza. Podemos referendar o discurso de Câmara (1979), que já enunciava que a Lingüística não teria evoluído sem os estudos pré-lingüísticos e paralingüísticos. Se estes estudos são responsáveis pela evolução da Lingüística, entendemos que eles devem fazer parte das reflexões que tratam da história das idéias lingüísticas; pois, embora tenham circulado de maneira esparsa, eles fizeram parte do processo e estão revestidos de sentidos.

Altman (1998) procura, por um lado, rastrear os processos de cientifização e intitucionalização da Lingüística no Brasil, no período anterior a 1968, buscando reconstruir o contexto em que ela emergiu como disciplina, a partir da visão que as primeiras gerações de lingüistas brasileiros tiveram dos diferentes processos que desencadearam o estabelecimento das ciências da linguagem no País, como campo autônomo de ensino e pesquisa. Por outro lado, a autora procura fazer o mapeamento teórico-metodológico da produção lingüística brasileira no período de 1968 a 1988, correlacionado-a com os fatores sócio-institucionais e com os

processos de cientificação e institucionalização que a antecederam. A sua obra reúne alguns lingüistas de destaque no Brasil e começa por Mattoso Câmara. Segundo a autora, ele foi o grande divulgador e propagador das teorias lingüísticas da Europa e dos Estados Unidos, aplicando-as na descrição do português.

Mattoso Câmara é conhecido como “o pai da Lingüística” no Brasil, já que a atuação dele foi decisiva para o estabelecimento da Lingüística moderna no País, contribuindo assim para que muitos discípulos e estudiosos prosseguissem tais estudos.

Nesse período que antecede a instalação da Lingüística no Brasil, situamos nosso objeto de estudo, como parte integrante desse processo, ou seja, como parte dos estudos pré-lingüísticos.

A reconstrução dos processos de institucionalização e cientificação dos estudos lingüísticos, que começa a se delinear a partir da década de 30, no Brasil, só é possível, afirma Altman, por meio de um paciente trabalho de garimpagem em anais de congressos, em prefácios de traduções, em alguns números monográficos de periódicos e em alguns poucos textos, geralmente feitos sob encomenda para ocasiões específicas em que foi necessário dar notícia do que, afinal, estava sendo feito em matéria de Lingüística no Brasil.

A Lingüística, nessa época, estava começando a ocupar espaços no meio acadêmico, no qual já predominava a Filologia. A Lingüística, inicialmente, estava muito ligada a essa disciplina. Na história do ensino universitário brasileiro, em São Paulo, por exemplo, a Lingüística teve sua origem ligada à Filologia Românica (Orlandi, 2002b).

A partir do encontro de Mattoso Câmara, Aryon Rodrigues e Gomes

de Matos, em Institutos Interamericanos e Seminários de Lingüística, foi criado no Instituto Yázigi, em 1966, um Centro de Lingüística Aplicada, que inaugurou uma segunda publicação periódica de circulação universitária, denominada Estudos Lingüísticos – Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada. Nesta publicação, pela primeira vez, um ainda pequeno grupo de lingüistas brasileiros encontrava seu espaço próprio de divulgação de trabalhos e colocava a produção lingüística brasileira no contexto interamericano moderno.

A partir desse momento, os lingüistas brasileiros começam a desvincular completamente as designações Filologia e Lingüística. Eles procuram mostrar que a produtividade lingüística no Brasil vem sendo estimulada, alertam também para o fato de que há muitos referenciais teóricos chamados de “Lingüística”, mas que não há ainda uma produção nacional autônoma. Praticamente, metade dos colaboradores desse periódico, em três anos de existência (1966-1968, não corrente), foi composta de pesquisadores ligados a instituições não-brasileiras.

Os Estudos Lingüísticos – Revista Brasileira de Lingüística Teórica Aplicada apresenta-se, em 1966, como o primeiro periódico brasileiro consagrado a trabalhos de Lingüística e o primeiro a assumir oficialmente a designação “Lingüística”.(Altman, 1998)

Tal revista interessava-se por todos os aspectos da Lingüística teórica e da aplicada. Embora tivesse mantido, em boa parte de seus artigos, sua vocação lingüístico-pedagógica inicial, a revista procurava enfatizar a prioridade lógica da tarefa da descrição estrutural das línguas naturais em relação a outras tarefas, tais como: a abordagem histórica e/ou comparativa; a abordagem de natureza aplicada; o ensino de língua materna e

estrangeira, ou a tradução. Observamos isso no artigo inaugural da revista, “As tarefas da Lingüística no Brasil”, no qual Rodrigues (1966, p. 4-15) propunha tarefas a serem realizadas pela Lingüística brasileira na modalidade que denominou pura e na modalidade que denominou aplicada. Em face disso, apresentou um novo programa de investigação lingüística, de vocação essencialmente descritiva (pouca ou quase nenhuma ênfase em teorias), voltado para o estudo sincrônico das línguas vivas, faladas no País, compatível com o que, no entender do autor, dizia respeito à realidade brasileira.

Tratava-se, na verdade, de uma última tentativa de recuperar a Lingüística Descritiva, até então deixada de lado pela tradição filológica portuguesa (e românica); no entanto, já era tarde para isso. O estruturalismo formal de Bloomfield e Harris não teve recepção no País, foi rejeitado como referencial válido (Maurer Jr., 1967). Além disso, o gerativismo chomskiano já se pré-anunciava, tanto pela literatura norte-americana que começava a circular no Brasil, quanto pelos brasileiros que começavam a voltar dos estudos pós-graduados que realizavam no exterior, notadamente nos Estados Unidos. O programa de Rodrigues já se mostrava contrário às tendências da época. (Altman, 1998).

Ao mesmo tempo em que era assinalada a prioridade lógica da descrição estrutural em relação à investigação contrastiva, comparativa e/ou histórica, estabelecia-se, conforme narra Altman (1998), um tipo de relação entre ciência “pura” e ciência “aplicada”, assimétrica. Embora as tarefas da Lingüística pura tenham sido propostas como modalidades complementares de pesquisa, a prioridade atribuída a elas, conferiu-lhes um estatuto de superioridade em relação às tarefas a serem executadas pela

Linguística Aplicada. Mesmo não estando explicitada, nesse momento, a diversificação da Linguística em dois programas de investigação diferentes, estava sugerida. Surgia assim uma possível e promissora comunidade de lingüistas que não tardaria a se perceber distribuída entre dois grupos de especialidade: os que faziam Linguística pura ou teórica e os que faziam Linguística Aplicada. É possível verificar, de acordo com a autora, nos volumes II e III dos Estudos Lingüísticos, que eram expostos separados, em duas seções diferentes, os artigos relativos a uma ou a outra das especialidades. Já Scherer (2002) entende, a partir do discurso dos lingüistas aplicados, que tal separação aconteceu porque os lingüistas aplicados sentiam-se discriminados pelos lingüistas ditos teóricos, assim não tardou a reação deles, grupo de pesquisadores importantes, para reivindicar uma especificidade própria do seu objeto de pesquisa.

Foi nessa mesma época, década de 60, que os textos de Leonor Scliar Cabral, sobre Linguística aplicada, circularam no jornal Diário de Notícias, aqui no Rio Grande do Sul. Époça em que ainda, observa Altman (1998), não se faziam claras, para a maioria dos lingüistas brasileiros, as diferenças de natureza teórica e metodológica entre os dois referenciais a ponto de necessitar distingui-los em programas de investigação diferentes, não era ainda o problema em foco. A principal questão naquele momento era entender as vantagens da abordagem lingüística em relação à tradição filológico-gramatical e suas possibilidades de aplicação na resolução de problemas práticos. A oposição dos lingüistas interessados, naquele momento, no gerativismo era composta mais pelos filólogos, menos pelos estruturalistas. Em vista disso, era preciso ocupar um espaço de divulgação em que os estudiosos pudessem argumentar que era possível incorporar ao

estudo das línguas dimensões e materiais até então inexplorados, visto que era necessário repensar, de maneira nova e científica, velhos problemas (Altman, 1998).

A oposição entre Filologia e Lingüística fez com que se constituísse, a partir dali, um importante fator de diversificação teórica e metodológica, em que diferentes grupos disputam não só o poder nos principais centros acadêmicos como as verbas destinadas à área. Esses diferentes grupos exerceram as primeiras lideranças intelectuais e organizacionais que viriam a formar a primeira geração de lingüistas do País. Altman (1998) entende que, antes mesmo de surgirem esses diferentes grupos, já existiam trabalhos isolados que prepararam o caminho para que a Lingüística se constituísse, como: as atividades de Mattoso Câmara, no Rio de Janeiro; de Mansur Guérios, no Paraná; de Nelson Rossi, na Bahia e Maurer Jr., em São Paulo. Conforme a autora, a Lingüística que eles estudaram e divulgaram, nos anos quarenta e cinquenta, entrava marginalmente, “como de contrabando”, nas suas aulas de Filologia.

No Brasil, a conscientização dos participantes das primeiras atividades ligadas à Lingüística, de que compunham um grupo à parte, foi posterior ao momento da institucionalização da disciplina. Altman (1998) destaca que a pesquisa lingüística continuou se fazendo de forma fragmentária e por iniciativas individuais. Não havia um consenso em relação a quem poderia ser considerado lingüista. O sujeito lingüista, na década de 60, conforme veremos a seguir, buscava a criação de espaços institucionais, como os programas de pós-graduação, que poderiam colaborar com o estabelecimento da profissão de lingüista.

O início da carreira do profissional de Letras, conforme Altman

(1998), foi marcado pela criação das primeiras faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro, na década de 20. Os estudiosos das Letras, em grande parte, tinham formação superior de outra natureza, quando a tinham. Souza de Silveira, por exemplo, era formado em Engenharia; Antenor Nascentes, em Direito; Mattoso Câmara, em Direito e Arquitetura. Muitos professores de fora do País, por exemplo, da França e de Portugal, eram contratados para reger os novos cursos de Letras, seus discípulos brasileiros, os filólogos, ocuparam as principais cátedras universitárias do País. Estes fundaram os primeiros centros de pesquisa dedicados a assuntos lingüísticos e dominaram o cenário de publicações monográficas e periódicas, congregando, assim, até meados dos anos 60 pelo menos, o maior número de adeptos (Castilho, 1962).

Para Altman (1998), o grupo de especialistas em evidência, até a década de 60, foi o da Filologia. Em razão disso, o estatuto sócio-profissional e científico que legitimava o trabalho dos pesquisadores dedicados à matéria lingüística era o de filólogo.

O contexto intelectual e social do Brasil, no final da década dos anos sessenta, favorecia a guinada que os filólogos/dialetólogos mais jovens operavam na linha de investigação que vinham seguindo. Tal linha incorporava ao programa de pesquisa deles o estruturalismo. A geração que se graduara no início dos anos sessenta começava a tentar fazer a disciplina de Lingüística, ainda que sob a denominação de Filologia.

A Lingüística brasileira, até o final dos anos sessenta, foi uma Lingüística de indivíduos. Altman (1998) sustenta que se passaram alguns anos para que saíssem das universidades brasileiras, alunos formados em cursos de Lingüística com objetivos outros, isto é, não só os de atuação em

magistério secundário, mas também de atuação em pesquisa.

Leonor Scliar Cabral, formada em Direito, se insere nesse contexto quando publica os textos sobre Lingüística no Jornal Diário de Notícias. Ela estava no último ano do curso de Letras e já direcionava seu interesse para os estudos de pesquisa em Lingüística. Com a circulação dos seus textos na mídia impressa, entendemos que ela procurava ocupar um espaço que, institucionalmente, ainda era muito restrito no Brasil, o de especialista em Lingüística. Pelo fato de ser muito restrito esse espaço, pois não existia um corpo profissional especializado para desempenhar tal função, o sujeito com formação em outras áreas, mas dedicado aos estudos lingüísticos, era autorizado a assumir a posição de sujeito lingüista. Esse procedimento não seria permitido no contexto atual, já que há grande número de profissionais especializados².

Retomando a reflexão, no dizer de Altman (1998), até meados dos anos sessenta, a possibilidade de continuidade de estudos e de aperfeiçoamento dependia da contratação de professores estrangeiros, ou da ida de alunos para o exterior.

Como podemos observar, o sujeito lingüista, na época em questão, além de ser autodidata e acompanhar as publicações estrangeiras, necessitava de, muitas vezes, ir ao exterior, a fim de se atualizar, buscar novos conhecimentos. Era fora do Brasil que aconteciam os eventos mais importantes da área, como o I Instituto Lingüístico-Americano, em Montevideu (jan./fev., 1966/1967) e o II Instituto Interamericano de Lingüística, no México (dez./jan., 1967/1968), dos quais Leonor Scliar Cabral participou.

² Era o caso de Leonor Scliar Cabral, que já era formada, nesta época, em Direito.

Afirma Orlandi (2002b) que, a profissionalização do lingüista se explica à medida que, na instituição, a disciplina Lingüística ganha estatuto oficial específico e, no ensino de língua, lugar especial: o de quem conhece a língua cientificamente, por isso pode ensinar como se pratica esse saber. Papel esse desempenhado pelos gramáticos fundadores, no Brasil, dessa autoria desde o século XIX até meados do século XX.

Ao mesmo tempo em que a Lingüística e o sujeito lingüista encontravam seu espaço de ocupação, o modo de circulação desse saber também passava por esse processo, pois os lingüistas que divulgavam a Lingüística ocupavam espaços não institucionalizados, como é o caso dos textos em análise, que ocuparam o espaço de um jornal para divulgar o saber sobre Lingüística, no nosso entender, de forma diferente da que é feita hoje.

3.2 A divulgação científica e seu modo de circulação

O modo de divulgação científica, assim como qualquer produção de saber, sofre mutações ao longo dos tempos. Na década de 60, percebemos que a divulgação científica voltada para a área da Lingüística, assumia uma forma que difere da atual, tanto no modo de circulação como no de identidade do sujeito divulgador, pois este, geralmente, vinha de outras áreas do conhecimento como da Fonologia, da Filologia ou de outra área de formação. Hoje, o lugar da Lingüística é outro e o sujeito dessa ciência também.

Em relação ao modo de circulação, percebemos que, naquela época, o sujeito lingüista não tinha ainda um espaço definido ou especializado para conseguir expor os assuntos referentes às pesquisas lingüísticas às quais ele estava se dedicando. Na década de 50, por exemplo, Mattoso Câmara Jr.,

notável e reconhecido lingüista que se destacava no Brasil, um dos maiores propagadores da Ciência Lingüística no País, ocupava um espaço na Revista Brasileira de Filologia (1956), no qual publicava textos denominados “Crônicas Lingüísticas”.

Justifica Orlandi (2002b):

Os autores de nossa produção lingüística e literária são um grupo de intelectuais nem sempre formado em Letras. São historiadores, médicos, engenheiros, e letrados que se dedicam ao estudo e ao ensino da língua, assim como à produção de instrumentos lingüísticos e da literatura, produções que legitimam nossa escrita. Todos esses intelectuais são, em geral, capazes de uma escrita jornalística que constitui, por assim dizer, o lado de divulgação desse conhecimento e dessa prática erudita, do saber e da língua. Divulgação aqui adquire sentido particular em relação ao atual, pois hoje a divulgação é tarefa de especialistas acentuadamente de caráter técnico (p. 204).

No intuito de divulgar a Lingüística e as tendências da época, principalmente as advindas da Europa e dos Estados Unidos, os estudiosos que aqui se empenhavam na busca desses conhecimentos procuravam divulgá-los nos espaços possíveis. Há uma variedade de textos e de formas de divulgação que, de maneira esparsa, foram circulando, já preparando o espaço que a Lingüística veio a ocupar na sociedade, nos cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil. Cada um dos estudiosos buscava uma forma de divulgação, que era feita por eles mesmos, que não só divulgavam a Lingüística como também assumiam o papel desse sujeito da ciência, ou seja, não só repetiam as idéias dos outros teóricos de fora do País, mas refletiam, acresciam novas idéias e deslocavam sentidos. Era de

fato uma prática de divulgação de trabalhos incomum nos dias de hoje.

O que estamos querendo dizer com isso é que, hoje, ao nosso ver, o modo de divulgação científica em relação à Lingüística, mais especificamente na mídia impressa, que é o caso dos textos que são nosso objeto de estudo, difere do da época em questão, pois a divulgação científica na mídia impressa, hoje, normalmente é feita por um jornalista que intermedeia a passagem do discurso do cientista para um discurso de jornalismo científico, isto é, o discurso assume uma nova forma, a fim de tornar-se mais acessível ao público leigo.

Na década de 50 e na de 60, não havia ainda um espaço especializado para a divulgação dessa ciência, vale dizer, não havia uma revista específica para a área de Lingüística, nem havia ainda espaços institucionais. Altman (1998) assegura que não se registram no País, até 1965, nenhuma associação ou sociedade formal de lingüistas, nem movimentos editoriais importantes, embora as condições para isso já estivessem germinando. Por essa razão, textos como os de Mattoso Câmara Jr. (1956), sobre Lingüística, chamados de Crônicas Lingüísticas, circularam em uma revista de Filologia; textos como os de Leonor Scliar Cabral (1966) circularam no Jornal Diário de Notícias; certamente, muitos outros textos sobre Lingüística circularam em diferentes espaços na falta ainda de um lugar para tal ciência.

Isso nos leva a entender que a divulgação científica assume diferentes formas, de acordo com as condições de sua produção e dos objetivos a serem atingidos pela divulgação. Por exemplo, esses mesmos textos que Leonor Scliar publicou no Jornal Diário de Notícias, nos anos de 1966 a 1967, deram origem a sua obra *Introdução à Lingüística* (1973). Esta se dirigia a um

público diferente, a alunos da graduação que estivessem iniciando os seus estudos, conforme vemos no início da obra: destinado, fundamentalmente, aos estudantes de Letras e Comunicação, este livro tem por objetivo iniciá-los gradativamente na ciência da linguagem articulada, começando por definir o objeto e métodos da lingüística, dentro de uma perspectiva histórica, e situando-a no quadro das demais ciências (Scliar Cabral, 1973).

O modo de circulação é extremamente importante para que possamos compreender a historicidade inscrita na materialidade tanto dos textos quanto da obra, ou seja, os sentidos presentes nos textos da mídia impressa, certamente, não são os mesmos presentes em sua obra, pois as condições de produção eram outras. Do ponto de vista de Guimarães (2001), o acontecimento precisa ter (ser) um “gancho” para se tornar notícia na mídia. No caso desses textos, por divulgarem as tendências lingüísticas da época, tornando-as conhecidas, chamando a atenção para as necessidades que se faziam presentes no País em relação à institucionalização da Lingüística, eles próprios são “gancho”, pois desvelavam o novo para uma época em que poucos sabiam o que era Lingüística.

Já Bueno (1984) situa a difusão científica na posição de um gênero, que se desdobra nas espécies: divulgação científica, disseminação científica e jornalismo científico. A divulgação científica, segundo o citado autor, inclui o jornalismo científico, os livros didáticos, as aulas de Ciências do segundo grau, os cursos de extensão para não especialistas, as estórias em quadrinhos, os suplementos infantis, os folhetos de extensão rural e de campanhas de educação voltados para determinadas áreas (como saúde e higiene), os fascículos de ciência e tecnologia produzidos por grandes editoras, os documentários, os programas especiais de rádio e televisão, etc.

Para o mesmo autor, o que difere um gênero de outro é, entre outros fatores, o modo de circulação.

A divulgação científica no espaço da mídia impressa, hoje, preocupa-se em tornar a linguagem científica mais acessível ao público leigo; assim, necessita passar para uma “tradução” (Authier Revuz, 1998) em palavras simples, que permitam o entendimento do texto por quem não é cientista ou estudioso da área. Já no espaço da mídia impressa, da década de 60, mais especificamente nos textos que são nosso objeto de estudo, não vemos essa preocupação de fazer o trabalho de passagem de um discurso primeiro para um discurso segundo.

Orlandi (2001b), ao tratar da passagem da metalinguagem para um discurso mais acessível ao público leigo, prefere não falar em “tradução”, como prefere Authier-Revuz (1998). Para Orlandi (2001b), não se trata de tradução, pois a divulgação científica é relação estabelecida entre duas formas de discurso – o científico e o jornalístico – na mesma língua e não entre duas línguas. O jornalista lê um discurso e escreve outro, na mesma língua. De acordo com a autora:

Há um duplo movimento de interpretação: interpretação de uma ordem de discurso que deve, ao produzir um lugar de interpretação em outra ordem de discurso, constituir efeitos de sentidos que são próprios ao que se denomina jornalismo científico que, ao se produzir com uma forma específica de autoria, desencadeará novos gestos de interpretação, agora produzindo uma certa forma de efeito-leitor (Orlandi, 2001b, p. 151).

Em relação ao nosso objeto de estudo, vemos que não há os efeitos de sentidos próprios ao jornalismo científico; é um discurso científico, que

não se preocupava com o efeito-leitor, ou seja, em ser um discurso dirigido a leigos, forma mais comum de divulgação científica hoje. Explicando melhor, há algo a mais no discurso, no que diz respeito às formulações presentes, pois não há somente a adaptação de grandes autores, há a formulação de um discurso para outro, ou a passagem de uma metalinguagem para uma linguagem mais acessível; há também formulações que fazem com que o dizer se movimente e desate novos sentidos, a partir do já-dito. Poderíamos tratar das formulações referentes ao modo como o sujeito enunciator arma seu dizer sobre Lingüística, já que, com outras palavras, ela diz o mesmo, mas não é esse nosso interesse. Nosso interesse está em dar visibilidade às formulações que deslocam sentidos, que fazem com que o já-dito ganhe novos sentidos.

É importante ressaltar que, com o alvo do saber científico dirigido para o grande público, a produção científica ganha a mediação de um vulgarizador que - dependendo da natureza do veículo de informação e das finalidades do ato informativo - pode ser ou o próprio produtor desse saber, ou um jornalista repórter especializado.

Trata-se, para nós, se relacionarmos o modo de divulgação científica do discurso em análise com o modo de divulgação científica que ocorre hoje no jornalismo científico, de discursos diferentes. Há distintas formas de analisar o mesmo discurso do ponto de vista da reformulação: de colocar em relação o discurso do sujeito lingüista com o interdiscurso, com o já-dito, a fim de observar os deslocamentos de sentidos ocorridos; ou relacionar o discurso científico com o discurso do jornalismo científico, para verificar como se dá a passagem de um para outro, isto é, da metalinguagem para um discurso mais acessível, como normalmente é feito

em trabalhos que tratam da questão da divulgação científica hoje .

Tomamos, por exemplo, o trabalho de Silva (2002), no qual ela discute a prática da divulgação científica realizada pela mídia, através da análise das revistas *Superinteressante*, Editora Abril, e *Galileu*, da Editora Globo. Ela mostra como se dá essa prática da mídia, em que se produz a imagem de um conhecimento científico apropriado para o grande público, leigo. A diferença está em que no discurso de Leonor Scliar Cabral há formulações que abrem caminhos para a instalação do novo, o que não ocorre na divulgação científica feita por um jornalista, pois ele não se contrapõe ao que está sendo dito, ele não desloca sentidos e nem faz projeções, apenas faz o trabalho de tentar dizer o mesmo de forma diferente, ou seja, de tornar a linguagem científica mais acessível para o público leigo. São essas formulações que se mostraram para nós como um dizer inaugural. Isso nos levou a pensar tal discurso como parte importante do processo de constituição da Lingüística no RS.

A questão que envolve o modo de divulgação científica hoje e o modo de divulgação científica na década de 60 é importante para que possamos entender que ela assume diferentes formas de acordo com os seus objetivos.

Observa Orlandi (2001b, p. 157): “no caso da divulgação científica, há uma representação do leitor no texto pela acentuação do aspecto técnico do discurso. Por outro lado não podemos esquecer que, em uma dada sociedade, formam-se saberes que estão em relação à forma dessa sociedade, numa certa história. O efeito-leitor está relacionado a ela”.

A partir dessa reflexão, é possível dizer que a formação de um saber está em relação aos valores de uma sociedade, à sua história, e o efeito-

leitor está também relacionado a ela. O efeito-leitor do discurso analisado por nós pode ser apreendido na sua materialidade histórica, por meio de um estudo de suas condições de produção e de sua relação com os fatores sócio-histórico-ideológicos, pois os leitores eram outros, assim como o lugar da ciência Lingüística também era outro.

Orlandi (2001b) entende que o discurso de divulgação científica é a textualização jornalística do discurso científico, escrito por um jornalista que poderá, talvez, ser bem sucedido. Nossa interpretação se prende ao fato de que o próprio cientista, neste caso Scliar Cabral, reformula seu discurso científico e produz efeitos outros que não só o de vulgarizar a ciência. É um discurso que, embora esteja na mídia impressa, assume posições outras que diferem das comumente associadas ao jornalismo científico de hoje.

Sendo nosso objeto de estudo um discurso de divulgação científica, pautado em estudos científicos, em um dizer autorizado, pensamos ser um dizer que não só divulga a ciência, mas também pertence à formação discursiva da ciência; pois, conforme Orlandi (2002a), “o cientista brasileiro, para se legitimar intelectualmente, precisa citar algum cientista estrangeiro de importância, reconhecida ou não”. Os textos, em questão, são todos amparados em citações de um dizer autorizado, a partir de diferentes filiações teóricas que o constituem. São essas particularidades que nos levaram a pensar no processo de produção desses textos, de Scliar Cabral, e nos sentidos neles presentes. Mas, antes de pensarmos no processo de produção desse discurso, é preciso entender um pouco sobre ele, ou melhor, sobre o nosso objeto de estudo.

3.3 Os sentidos tomando corpo no objeto

É pertinente salientar que, de acordo com Orlandi (2001a), o objeto discursivo não é dado, ele depende de um trabalho do analista. Para chegar a ele, é preciso, numa primeira etapa de análise, converter o corpus bruto, empírico, em um objeto teórico.

É necessário estabelecer um campo discursivo e, a partir daí, por intermédio de análises, selecionar seqüências discursivas que serão organizadas conforme o objetivo do analista. A constituição do corpus passa por um processo analítico; pois, pelos procedimentos de análises é possível dizer o que faz e o que não faz parte dele.

Pensando, então, no momento fundacional da Lingüística (Altman, 1998), ou seja, na década de 60, época em que a Lingüística começa a se propagar no Brasil, escolhemos como objeto de estudo textos já existentes sobre a Lingüística, publicados na mídia impressa do Rio Grande do Sul e que pudessem nos falar um pouco da história e da constituição desse saber naquela época.

Pensar a História das Idéias Lingüísticas no Brasil, para Orlandi (2002b), significa tratar essa história como quem constrói um arquivo e, para isso, há um método. A autora considera:

O arquivo em análise de discurso é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência da linguagem. Trabalhar a relação entre estas formas de memória, sem deixar-nos dizer pelas nossas preferências, pelos nossos compromissos, e também sermos ditos por

uma história sempre-já contada, é um exercício de método e de disciplina (Orlandi, 2002b, p. 11).

Assim, se colocarmos em relação a memória institucionalizada – o arquivo – com a memória irrepresentável – o pré-construído, o interdiscurso – poderemos observar o processo de produção do discurso. Segundo Pêcheux (1997), arquivos são enunciados que preexistem à pesquisa e são tomados como objeto de estudo, como fazem os historiadores. No entanto o método adotado pelos historiadores difere do adotado dentro da perspectiva discursiva, visto que esta leva em conta os fatores sócio-histórico-ideológicos, em que um dizer se constitui e, ainda, se preocupa com o processo pelo qual ele se constitui.

O objeto desta pesquisa é a seção especializada em Lingüística, segundo as palavras da nota introdutória do próprio jornal, primeira edição, publicada no segundo caderno, seção dominical, do Jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre/RS, nos anos de 1966/1967.

A partir de um conjunto de textos que foram publicados por Leonor Scliar Cabral nessa citada seção, no período de junho de 1966 a agosto de 1967, aos quais tivemos acesso³, selecionamos 22 textos que relatam sobre a Lingüística, visto que os demais textos são voltados para os estudos literários, sobre estes a autora também fez várias publicações.

³ Não tivemos acesso a todos os textos publicados no jornal Diário de Notícias por Leonor Scliar Cabral, pois não existem exemplares desse jornal correspondente ao período de 1965 a 1979. Segundo informações do jornalista João Batista Marçal este jornal teria entrado em falência, por dívidas com a União. Teria sido feito um depósito judicial e a coleção do jornal foi para um depósito público no prédio do INSS. Após algum tempo a coleção, ou parte dela, foi vendida para o papel velho. Assim, grande parte da coleção foi perdida. Hoje, o Museu Hipólito José da Costa é quem possui a maior parte dessa coleção, mas incompleta. Ele possui exemplares desde a sua fundação, em 1925, até o ano de 1965. Depois pula para o ano de 1979, que foi o seu último ano de existência. Só conseguimos ter acesso a esses textos através da própria Leonor Scliar Cabral, que possui no seu arquivo pessoal grande parte deles. Dentre os textos que tivemos acesso selecionamos todos que tratavam da Lingüística, deixando de lado outros que tratavam da Literatura por não serem o nosso foco de interesse.

Selecionamos, então:

1. *Expressão e Comunicação I* (16/06/66);
2. *Expressão e Comunicação II* (23/10/66);
3. *Expressão e Comunicação III* (30/10/66);
4. *Definição de palavra, uma tentativa I* (06/11/66);
5. *Definição de palavra, uma tentativa II* (13/11/66);
6. *Definição de palavra, uma tentativa III* (20/11/66);
7. *Confusões entre diacronia e sincronia* (27/11/66);
8. *Contradições nos sistemas lingüísticos* (04/12/66);
9. *Gramática Funcional e Estrutural* (18/12/66);
10. *O que é Lingüística?* (14/05/67);
11. *Divisões da Lingüística* (28/05/67);
12. *Signo lingüístico* (11/06/67);
13. *Outros aspectos da linguagem articulada – 5* (18/06/67);
14. *Funções da linguagem – 6* (25/06/67);
15. *Língua e Discurso – 7* (09/07/67);
16. *Níveis Lingüísticos – 8* (16/07/67);
17. *As duas articulações 9* (23/07/67);
18. *Relações sintagmáticas e paradigmáticas – 10* (30/07/67);
19. *Fonética e Fonologia – 11* (06/08/67);
20. *Contextos – 12* (13/08/67);
21. *A determinação – 13* (20/08/67);
22. *Entorno – 14* (27/08/67).

Todos eles foram publicados entre junho de 1966 e agosto de 1967, momento importante na História da Lingüística no Brasil. Este dado fez

com que eles se tornassem para nós um objeto cuja dimensão ultrapassava a de simples textos sobre a Lingüística, pois foram entendidos como inscrição material da história. Cabe dizer que a história, ao inscrever-se nas formas textuais, tem uma materialidade que é da ordem do discurso, que leva a sociedade a compreender-se e a realizar esforços de manutenção da sua memória. Gregolin (2001) sustenta que:

As vozes da história são audíveis e visíveis nas formas cristalizadas nos gêneros discursivos. Os textos literários, os políticos, os religiosos, os da mídia, etc. são lugares de produção de sentidos. Cada um deles é determinado pelas coerções genéricas, por um certo modo de dizer; e, ao mesmo tempo, é determinado historicamente pelas formações discursivas que regulam o que pode e deve ser dito em certa época (p. 10).

Nesse sentido, os textos de Scliar Cabral materializam o histórico e podemos analisar a historicidade na materialidade deles, através do movimento de sentidos que emerge do fio do discurso e remete para outros textos e outros discursos.

Salientamos que o fato de termos escolhido tais textos, para tratarmos do tema Mídia, História e Lingüística, não foi uma escolha aleatória, visto que levamos em conta não só o momento fundacional da Lingüística (Altman, 1998), mas também a atuação da lingüista naquela época. Desta autora, podemos destacar a publicação desses textos sobre Lingüística no *Jornal Diário de Notícias* (1966/1967).

Trataremos desses textos como um corpus de arquivo. A fim de entendermos o que é um corpus de arquivo, buscamos apoio em Pêcheux (1997) e Guilhaumou & Maldidier (1997).

Para Pêcheux (1997), o arquivo é entendido em sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Em relação à leitura de arquivo, esse autor afirma: “por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são ‘literatos’ (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos” (p. 57).

Faremos uma leitura de arquivo, sem ser “singular e solitária”, mas sim, conforme o mesmo autor, uma leitura interpretativa, não apenas uma leitura literal. É possível constituirmos um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do trabalho de arquivo, a partir dele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma.

Pêcheux (1997) reflete sobre a questão que envolve a leitura de arquivo tanto sob o ponto de vista dos literatos quanto sob o ponto de vista dos cientistas, a fim de evidenciar aí o distanciamento que há entre ambos, referente ao modo de ler o arquivo. Nessa comparação, o autor especifica a posição que ele pretende ocupar. Esta se fundamenta sobre o fato teórico que entende a existência da língua como materialidade específica, constantemente contornada, ignorada ou recusada pelas duas culturas. Ele observa ainda que, quanto à cultura científica, esta finge, por precaução “metodológica”, ignorar tudo do fato mesmo da língua e destina-se a tratá-la como uma materialidade qualquer.

O fato teórico que sustenta a posição de Pêcheux (1997), em relação à leitura de arquivo, é a existência da Lingüística como disciplina “de entremeio”, incapaz de se dispor incondicionalmente, nem ao lado dos “literatos” nem ao lado dos “cientistas”.

Segundo o citado autor (1997, p. 62): “é esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de arquivo”.

Pêcheux (1997) entende que:

É a existência da materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do lingüista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, também nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo (p. 63).

Em relação à materialidade da língua, Guilhaumou & Maldidier (1997) declaram que o arquivo no interior do qual a Análise de Discurso recortava seu corpus, originava-se de séries textuais impressas, já conhecidas e analisadas pelos historiadores. Quando havia algum interesse pela sua materialidade, esta era tomada como uma evidência.

No entendimento desses autores, hoje, para compreender o funcionamento do arquivo, é preciso mais do que identificá-lo por meio de uma data, de um nome, de uma chancela institucional, etc., ou ainda procurá-lo pelo lugar que ocupa em uma série, porque ele não é o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. Ele não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.

Ainda, de acordo com esses autores, a análise do arquivo se dá na relação da materialidade da língua com a história, com o real; assim, permite pôr em evidência as estratégias discursivas que se desenrolam no acontecimento. Dessa forma, procuramos compreender como o acontecimento histórico, ou seja, a publicação dos textos de Scliar Cabral sobre a Lingüística, na mídia impressa, adquiriu significado e ganhou existência em uma dada conjuntura. A partir desse objeto, foram feitos os recortes que estão de acordo com os propósitos da pesquisa e constituem o corpus de análise, recortes esses que aparecem durante a análise sob a denominação de seqüências discursivas (sd) devidamente enumeradas.

Tais recortes nos possibilitaram refletir sobre as condições de produção desse discurso sobre a Lingüística, levando em conta, primeiramente, o estado em que se encontravam os estudos lingüísticos, na década de 60, no Brasil, e a posição do sujeito lingüista na época. Essa reflexão nos permitiu entender de que forma os sentidos foram emergindo do objeto.

O sujeito, ao relacionar-se com a linguagem, circula por várias regiões de sentido, que já fazem parte da sua memória. Analisar um dizer em relação a sua própria memória é analisar a relação do dizer com sua exterioridade, ou seja, com o interdiscurso, com a historicidade. Historicidade, aqui, deve ser entendida assim: para que uma palavra faça sentido, é mister ressaltar que “toda fala resulta de um efeito de sustentação no já-dito que, por sua vez, só funciona quando as vozes que se poderiam identificar em cada formulação particular se apagam e trazem o sentido para o regime do ‘anonimato’ e da ‘universalidade’. Ilusão de que o sentido nasce ali, não tem história” (Orlandi, 2002a, p. 141-142).

Há um movimento social e histórico dos sentidos que produz o sujeito em seus processos de identidade. Os sentidos se movimentam, se transformam, se deslocam na rede de filiações históricas e se projetam em novos sentidos.

O sujeito do discurso, ao inscrever-se em diferentes filiações teóricas, retoma a voz do outro, a partir da qual ele irá movimentar-se no seu dizer.

Entendemos, por intermédio de Orlandi (2002a), que não há o apagamento da materialidade histórica do dizer. Há um desdobramento de sentidos (processo polissêmico que é a base do funcionamento discursivo), há gestos de interpretação que a faz significar de outro modo. Para a autora (2002a, p. 151), “movimentar-se no discurso científico é saber delimitar diferentes formulações, é saber demarcar-se de umas a outras para poder estabelecer sua posição e, na discussão com outras vozes, estabelecer o âmbito da sua compreensão do fato que é objeto de sua reflexão”.

Observa a mesma autora que os discursos têm formas institucionais que os definem; no campo dessas formas institucionais, há normas que determinam a espessura da materialidade discursiva, que é lingüística e histórica. O que dá a marca da cientificidade de um discurso, no caso do discurso da ciência em nossa história social, é a relação entre diferentes discursos, é a presença explícita do intertexto.

Retomando o dizer de Pêcheux (1997), presente na primeira parte desta dissertação, na qual ele declara que “todo discurso funciona com relação à forma-sujeito”, e contemplando as exposições de Orlandi (2002a), segundo as quais os discursos têm formas institucionais que os definem, entendemos que o discurso do sujeito enunciativo assume, nos textos, a forma-sujeito do discurso da ciência da época em questão, forma esta determinada pelas condições ideológicas e pelos interesses teóricos daquele momento.

A forma-sujeito é entendida como sujeito ao conjunto de saberes, constituído no espaço dos processos sociais, nos quais a instância do dizer está representada pelas diferentes formações discursivas. A forma-sujeito, desse modo, está relacionada ao interdiscurso, como pré-construído que representa saberes sociais formados “no conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta” (Pêcheux, 1997, p. 145). O mesmo autor, citando Althusser como responsável pela introdução do termo forma-sujeito, argumenta que todo indivíduo para constituir-se sujeito precisa “se revestir da forma-sujeito”. Para Althusser (Pêcheux, 1997, p. 183), “a forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo agente das práticas sociais”. A existência histórica está configurada pela intercessão do pré-construído na composição do sujeito. O processo imaginário que aí se estabelece, assenta-se no mecanismo de interpelação do indivíduo que, num duplo movimento, deixa-se tomar pela forma-sujeito e com ela passa a relacionar-se, constituindo-se numa posição-sujeito.

Por meio do interdiscurso, o sujeito enunciator aciona diferentes saberes sobre a Linguística, assumindo assim uma forma-sujeito com a qual se relaciona, a fim de tomar uma posição-sujeito, que se dá no movimento discursivo, nas formulações, conforme exemplificamos abaixo no Quadro 01.

QUADRO 01 – A memória discursiva na constituição do discurso.

Tomamos como ponto de partida o trabalho do professor Aryon D. Rodrigues, “Tarefas da Linguística no Brasil”, a programação do curso do 1º ILL e do 2º ILI, os apontamentos de aula de Linguística Geral ministrados pelo professor MC Quown e de Linguística Aplicada ministrados pelo professor Bowen (Divisões da Linguística, 28/05/67).

Assim, ao mesmo tempo em que a memória é acionada, ela é trabalhada no interdiscurso, pois a formulação retoma a memória e a desloca ao mesmo tempo. Se, por um lado, o sujeito enunciatador seleciona diferentes dizeres, filiações teóricas; por outro, desloca sentidos, o que nos leva a dizer que, o fato de retomar determinadas filiações teóricas, não significa que ele assumira a mesma posição, ou acione, na memória, somente dizeres que estejam em consonância com as próprias idéias. O sujeito toma também outra posição, marcando o seu lugar como sujeito da ciência (Quadro 02).

QUADRO 02 – A memória discursiva trabalhada no interdiscurso.

Examinando a palavra como unidade do signo, Bloch e Trager elaboram uma das definições clássicas: “Qualquer fração que pode ser utilizada isoladamente com significado na linguagem normal”. O grande problema que esta definição apresenta são as palavras relacionais (conjunção, preposição e pronomes relativos) e alguns determinantes como os artigos e pronomes, alguns deles quase ou totalmente destituídos de significado (Definição de palavra, uma tentativa III – 20/11/66).

Como é possível observar no exemplo acima, o sujeito enunciatador se posiciona, ao analisar alguns problemas em relação à definição de palavra elaborada por Bloch e Trager. Ela não fica apenas no já-dito, ela faz um movimento entre o já-dito e o não dito, faz algumas ressalvas e argumenta para justificar sua posição.

Nas palavras de Orlandi (2001b, p. 16): “A formulação é a atualização, a textualização da memória. Enquanto tal ela é a realização (a prática) de um possível. Para o sentido, para o sujeito, para a história”.

Nessa perspectiva, para compreender o processo de produção do discurso, implica analisar como ele se realiza, como ele se formula, a partir da sua rede de filiações, a uma rede de memória, como ele se mostra no

texto, pois “não basta ter idéias, é preciso sustentar nossas formulações como tais, porque é no modo da formulação que estará a novidade do sentido, a diferença, a descoberta” (Orlandi, 2003, p. 18).

Como vimos anteriormente, o sujeito assume a forma-sujeito da ciência da época em questão; assim, o seu discurso segue uma forma institucional que o define. É pelas citações, pelas filiações teóricas que fazem parte dos recortes – estes aparecem na III parte deste trabalho -, que podemos entender de que modo o sujeito se relaciona com a forma-sujeito. Quando há o assujeitamento a uma determinada forma-sujeito, o sujeito do discurso toma posições que são efeitos da determinação do interdiscurso. Essa tomada de posições se dá a partir do interdiscurso, do movimento por diferentes formações discursivas. Ela se mostra através dos deslocamentos de sentidos, ou seja, das formulações que se sustentam no já-dito, conforme exemplificaremos pelas diferentes filiações teóricas às quais o sujeito recorre para caucionar, legitimar o seu discurso.

As relações com a forma-sujeito são representadas, na formulação, pela simbolização dos lugares que o sujeito vai intercambiando no interior da formação social. Courtine (1982) esclarece:

nós concebemos, pois, uma posição-sujeito como uma relação determinada que se estabelece numa formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma formação discursiva dada. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso (p. 43).

As relações do sujeito reduplicado (forma-sujeito e posição-sujeito) são representadas pelo sujeito enunciador, que constrói a materialidade

lingüística, possibilitadora do acesso ao acontecimento momentâneo de emergência do sujeito do discurso.

Para Courtine (1982, p. 51), os enunciados são “os elementos de saber próprios a uma formação discursiva”. Esse autor os considera “como uma forma ou um esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações”. Os enunciados, para ele, representam, no interior da formação discursiva, a forma-sujeito (interdiscurso) com a qual o sujeito do discurso se relaciona.

A interpelação do sujeito por uma determinada formação discursiva, se dá por um conjunto de saberes específicos, mas históricos. O sujeito os toma sob o efeito do acobertamento da origem deles, o que lhe permite considerar-se autor, isto é, entende-se como origem do sentido daquilo que enuncia. Nesse espaço de encontro da forma-sujeito e da posição-sujeito, se dá a desindividualização dos saberes que o sujeito enuncia, a formulação. Imprime-se, assim, a marca do social no sentido. Em outras palavras, é possível reafirmar que esse é o lugar em que o assujeitamento se efetua, em que o sujeito coloca-se em relação com os sentidos já inscritos em uma formação discursiva e os movimenta num gesto em que o sentido, já dado, fica exposto a deslizamentos de sentido.

Convém notar que é na formulação que os sentidos tomam corpo. Nosso propósito de análise agora é, a partir do que vimos em relação à constituição e à formulação de um discurso, entender de que maneira o sujeito enunciador, por meio da memória histórica (constituição), desloca sentidos (Formulação) e assume diferentes posições-sujeito, para que possamos compreender a historicidade e o sentido da produção discursiva em observação.

O dizer estabelece o lugar de sua reflexão, segundo Orlandi (2002a), lugar que lhe dá especificidade e abre-o para novos percursos de sentido que fluem no movimento da história dos sentidos. Retomamos a mesma autora, que afirma que: “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam”. Entendemos que todas essas instâncias são importantes para que possamos apreender os sentidos de um texto.

O modo de circulação de um texto é tão significativo quanto seu modo de constituição e de formulação, pois nele está inscrita sua materialidade histórica. Pelo dizer de Orlandi (2001b), “os meios não são nunca neutros”. Conforme vimos no capítulo que fala da divulgação científica, o modo de circulação assume diferentes formas, de acordo com o momento em que o texto circula. A forma como se apresentam os textos em análise e o modo como circulam estão relacionados com os aspectos sócio-histórico-ideológicos da época em questão. O conjunto entre a constituição, a formulação e a circulação, nos levará à compreensão do discurso.

PARTE III

4 ENTENDENDO O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

4.1 Em busca dos sentidos

Pensando na constituição do discurso, que acontece a partir da memória do dizer (interdiscurso), fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo, fizemos recortes que dizem respeito às diferentes filiações teóricas as quais o sujeito enunciator recorre, no momento em que constrói o seu discurso. Tais filiações nos possibilitaram entender de que maneira o interdiscurso afeta o modo como o sujeito significa em seu discurso.

Os recortes foram feitos a partir das diferentes filiações teóricas presentes na instância da constituição do discurso. Dessa forma, dividimos os recortes em três partes que dizem respeito ao modo de constituição do discurso. A primeira parte é referente às filiações teóricas advindas da Lingüística européia; a segunda, às filiações teóricas derivadas da Lingüística americana; e, a terceira, às filiações teóricas resultantes da Lingüística brasileira.

O dizer do sujeito enunciator circula por diferentes filiações teóricas para tratar de um mesmo tema. Não há uma trajetória linear dentro de uma mesma linha teórica; há uma profusão de idéias, há uma dispersão, pois ele abarca tudo o que se fala sobre Lingüística naquele momento.

A partir do dizer da nota introdutória do primeiro texto, citada abaixo (Quadro 03), vimos a possibilidade de compor um corpus capaz de mostrar de que modo se dá a constituição do discurso.

QUADRO 03 – O já-dito sobre Lingüística.

Juntamente com artigos sobre **as principais tendências lingüísticas da atualidade**, esta secção compreenderá amplo noticiário referente às atividades no setor. (Expressão e Comunicação I – 16/10/66)

A manifestação do interdiscurso nos permite remeter o dizer a uma filiação de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância. Quais são essas tendências, que sentidos se fazem presentes, por exemplo, no momento em que o interdiscurso aciona determinadas escolhas e não outras?

Percebemos a relação do sujeito enunciador com o interdiscurso quando aparece, no seu discurso, um saber histórico-social que diz respeito aos estudos lingüísticos, evidenciados por citações de diferentes filiações teóricas, que sustentam o dizer, conforme veremos nos recortes.

De acordo com Orlandi (2002a), a citação, no discurso científico, não é apenas uma questão moral, mas funcional, ela faz parte do mecanismo estruturante do modo de produzir ciência. Não é um fenômeno marginal, mas substantivo. Já que é parte desse mecanismo, evidenciaremos aqui, destacando em cada uma delas as filiações teóricas presentes, a fim de entendermos a inscrição do sujeito do discurso na história, pois entende Orlandi (2002a) que, não há dizer que se faça fora da história. Para a autora, todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo, que o toma em sua rede de significações produzindo, assim, sentidos. A retomada destes permite que haja deslocamentos e possibilita que eles passem a ocupar outros lugares.

Passamos agora aos recortes que tratam da constituição do discurso, a partir do interdiscurso. Eles exemplificam as diferentes filiações teóricas que permeiam o discurso sobre a Lingüística. Estas permitem que haja

movimento, ou seja, que o sujeito enunciadador avance no movimento da história dos sentidos, para que se abram novos percursos de sentido.

A partir dos vinte e dois textos que fazem parte do nosso objeto de estudo, fizemos recortes que podem nos fazer entender a presença do interdiscurso na constituição do discurso. Tal presença é marcada pelas filiações teóricas que sustentam o dizer. Os recortes feitos foram denominamos de seqüências discursivas (sd). Elas estão devidamente enumeradas e exemplificadas abaixo.

Dessa forma, podemos seguir a nossa reflexão tratando o discurso, devido à sua marca formal, como um discurso da ciência, mesmo sendo um discurso da mídia. Entendemos que a semelhança entre diferentes discursos é que dá a marca da cientificidade, ou seja, para que um discurso seja considerado como um discurso da ciência é preciso que ele assuma a forma característica desse tipo de discurso. Como podemos ver a seguir, todos os textos filiam-se a um dizer autorizado de um autor já legitimado. Destacamos, em negrito, nas seqüências discursivas que estão nos quadros a seguir, as filiações teóricas as quais o sujeito enunciadador recorre em todos os textos, a fim de amparar seu dizer, que sempre se filia a um outro dizer. A partir desses outros dizeres, que ela formula, há deslocamentos de sentidos, dos quais trataremos posteriormente.

Percebemos que há a presença de três filiações-chave no dizer do sujeito enunciadador, que correspondem: à Lingüística européia, à Lingüística americana e à Lingüística brasileira.

A - Filiações teóricas advindas da Lingüística européia

A presença de filiações teóricas advindas da Lingüística européia foi a que se mostrou mais freqüente nos textos em análise, tanto em número de

citações quanto em número de teóricos citados. Notamos a forte presença de Saussure, seguindo-se de Martinet, Coseriu, Togeby e Hjelmslev. Vejamos os recortes no Quadro 04:

QUADRO 04 – Filiação a Saussure.

<p>(sd1): “Coube a Ferdinand de Saussure delimitar os dois campos em que a linguagem pode ser estudada: o campo evolutivo, estudado pela <i>Lingüística Diacrônica</i>, denominação que o sábio de Genebra preferiu à <i>Gramática Histórica</i> e o campo estático, estudado pela <i>Lingüística Sincrônica</i>”. (Confusões entre Sincronia e Diacronia – 27/11/66)</p>
<p>(sd2): “Partindo de uma elucidadora contribuição de Coseriu, extraída do trabalho que reformula criticamente as teorias Saussureanas sobre língua e fala, poderemos compreender melhor certas ilhas conservadoras que os diversos sistemas lingüísticos apresentam em seu seio”. (Contradições no Sistema Lingüístico – 4/12/66)</p>
<p>(sd3): “Dois marcos fundamentais assinalam as fontes da <i>Gramática Funcional e Estrutural</i>. O primeiro é o aparecimento da obra de Ferdinand de Saussure, cujos apontamentos de aula foram organizados e reunidos em livro por seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye”. (Gramática Funcional e Estrutural – 18/12/66)</p>
<p>(sd4): “As principais correntes do Estruturalismo são, atualmente: 1^a: a de Genebra, com Charles Bally, A. Sechehaye e H. Frey à frente; 2^a: a Fonológica, cujos principais representantes são: Jakobson, Trubetzkoy e Trnka, tendo Martinet como principal figura em Paris recebeu o nome de Funcional e Estrutural; 3^a: a de Copenhague ou Glossemática, com Hjelmslev, Uldall, Brondal, Togeby e Hotl. Nos Estados Unidos, o Estruturalismo desenvolveu-se com Bloomfield, Sapir, Bloch, Hall, Harris, Pike, Trager, etc.” (Gramática Funcional e Estrutural – 18/12/66)</p>
<p>(sd5): “La matéria de lingüística está constituída em primer lugar por todas lãs manifestaciones Del lenguaje humano”. (Saussure, F.) (O que é Lingüística? – 14/05/67)</p>
<p>(sd6): “Conforme se depreende da definição de Saussure e de todos estudos posteriores de Semântica, o signo lingüístico é uma unidade indissolúvel entre um significado principal e vários secundários com a imagem acústica”. (Signo Lingüístico – 11/6/67)</p>
<p>(sd7): “Coube a Ferdinand de Saussure introduzir a celebre dicotomia <i>Lingue-Parole</i>, que Mattoso Câmara traduz por Língua e Discurso, preferindo esta última denominação à de Fala”. (Língua e Discurso – 9/7/67)</p>
<p>(sd8): “O termo sintagma é também uma das contribuições de Ferdinand de Saussure”. (Relações sintagmáticas e paradigmáticas – 30/7/67)</p>
<p>(sd9): “Conforme já tem sido acentuado em artigos anteriores, a afirmação de Saussure de que o objeto da Lingüística deveria ser acima de tudo a <i>langue</i>, ocasionou um certo atraso na teoria dos fatos da <i>parole</i>. Uma reação salutar nesse sentido provém do eminente lingüista contemporâneo Eugênio Coseriu” (Contextos – 13/8/67).</p>

A Lingüística Estrutural, na Europa, começa em 1916, com a publicação póstuma do Curso de Lingüística Geral de Ferdinand de Saussure. A partir dessa obra, a Lingüística tomou impulso, surgindo assim algumas escolas de Lingüística Estrutural, destacando-se a de Praga, cujos principais representantes foram Trubetzkoy (1890-1938) e Jakobson (1896-1982), tendo como principal figura, em Paris, Martinet e a de Copenhague, com Hjelmslev, Uldall, Brondal, Togeby e Hotl.

É possível constatar pelos recortes, que há a presença de alguns desses representantes de forma bem marcante no discurso do sujeito enunciador. Martinet, por exemplo, se faz tão presente quanto Saussure e ambos aparecem em grande parte dos textos analisados. Essa constatação nos levou a selecionar um maior número de recortes referentes a esses teóricos. Abaixo (Quadro 05), alguns recortes que mostram sua filiação a Martinet.

QUADRO 05 – Filiação a Martinet.

(sd10): “Partiremos da definição de André Martinet (7) para estabelecer o confronto entre <i>Comunicação e Expressão</i> ”. (<i>Expressão e Comunicação</i> – 16/10/66)
(sd11): “Notamos, na definição de Martinet , uma evolução em confronto com a de Saussure relativa ao signo lingüístico”. (<i>Expressão e Comunicação</i> – 23/10/66)
(sd12): “Para Martinet , a rigor, só se pode definir a palavra dentro de uma língua determinada, embora uma definição rigorosamente científica não coincida com as nossas correntes”. (<i>Definição de palavra, uma tentativa</i> – I, 06/11/66)
(sd13): “ <i>La Lingüística es el estudio científico del lenguaje humano</i> ”. (Martinet, A.) (<i>O que é Lingüística?</i> – 14/05/67)
(sd14): “Um desenvolvimento da teoria do signo lingüístico criada por Ferdinand de Saussure nos dá magistralmente André Martinet ”. (<i>Signo Lingüístico</i> – 11/6/67)
(sd15): “Pela primeira articulação, segundo Martinet , o homem organiza a experiência humana de uma dada comunidade em signos mínimos, os monemas dotados de forma vocal e significado”. (<i>As duas articulações</i> – 23/7/67)
(sd16): “ André Martinet assinala cinco funções da linguagem humana: a comunicação, servirem de suporte ao pensamento lógico, meio de expressão, afirmação do eu, e a função estética”. “Outra contribuição para o estudo da linguagem nos dá Bühler em sua clássica obra <i>Teoria da Linguagem</i> ”. (<i>Funções da linguagem</i> – 25/6/67)

Também temos a presença de Coseriu, Togeby e Hjelmslev (Quadro 06).

QUADRO 06 – Filiação a Coseriu, Togeby e Hjelmslev.

<p>(sd17): “O presente artigo é também um esquema de parte do trabalho de Coseriu, “<i>Determinación y Entorno</i>”, no qual o autor coloca importantes questões teóricas sobre a <i>Lingüística do falar</i>”. (A Determinação – 20/8/67)</p>
<p>(sd18): “No artigo de hoje, esquematizaremos a última parte do trabalho de Eugênio Coseriu, “<i>Determinación y Entorno</i>”. Nos artigos anteriores, havíamos analisado os contextos e a determinação. Separáramos, em primeiro lugar, os contextos por serem estes bastante mencionados pelos professores em aula, na análise dos textos”. (Entorno – 27/8/67)</p>
<p>(sd19): “Baseando-nos fundamentalmente no trabalho de Knut-Togeby “<i>Que es una palabra?</i>” apresentamos uma resenha das principais definições de palavra”. (Definição de palavra, uma tentativa – 13/11/66)</p>
<p>(sd20): “O enfoque preferido por Knut-Togeby é o que procura conceituar a palavra como unidade sintática do conteúdo”. (Definição de palavra, uma tentativa III – 20/11/66)</p>
<p>(sd21): “O critério de permutabilidade é empregado pelo teórico da escola de Copenhague, Hjelmslev: “<i>As palavras poderão ser simplesmente definidas como signos mínimos cuja expressão igual que o conteúdo são reciprocamente permutáveis</i>”. (Definição de palavra, uma tentativa III – 20/11/66)</p>

Já as filiações teóricas advindas da Lingüística americana se fazem menos presentes que as européias, conforme podemos ver a seguir.

B - Filiações teóricas advindas da Lingüística americana

A Lingüística Estrutural americana teve como principal lingüista Boas (1858-1942), seguindo-se dos dois lingüistas americanos mais influentes, que foram Sapir (1884-1939) e Bloomfield (1887-1949).

Os mais citados da Lingüística americana, nos recortes feitos, foram, entre outros, justamente Sapir e Bloomfield, conforme aparece abaixo (Quadro 07):

QUADRO 07 – Filiação a Sapir, Bloomfield e outros.

<p>(sd22) “Até aqui, examinamos as concepções que partem da palavra como signo. Partindo do conteúdo, há os que a abordam desde o plano semântico, como fazem Bally, Sapir e Brondal”. (Definição de palavra, uma tentativa – 13/11/66)</p>
<p>(sd23): “A objeção é levantada com um exemplo de Sapir, do idioma <i>nootka</i>, pelo qual uma palavra representa várias idéias complexas”. (Definição de palavra, uma tentativa – 13/11/66)</p>
<p>(sd24): “A definição de Sapir é também uma definição de raiz, no plano semântico do conteúdo: conceito concreto, inclusive visível, por oposição aos elementos gramaticais cujos conceitos, chamados relacionais, são puramente abstratos”. (Definição de palavra, uma tentativa – 13/11/66)</p>
<p>(sd25): “A definição de Brondal, que parte do universo do discurso parece uma das mais felizes, a do ponto de vista semântico: “o fato de pertencer a uma classe definida e só a uma, parece ser um elemento necessário na definição de palavra”. (Definição de palavra, uma tentativa – 13/11/66)</p>
<p>(sd26): “A definição de Palivanov de palavra como unidade de signo foi refutada por Bloomfield, porque muitas unidades não podem ser enunciadas como perguntas ou respostas”. (Definição de palavra, uma tentativa – 13/11/66)</p>
<p>(sd27): “Jakobson, do círculo de praga, define-a como componentes mínimos da frase que são realmente separáveis”. “É uma definição já empregada por Bloomfield: uma palavra não deve ser interrompida por outras formas”. (Definição de palavra, uma tentativa III – 20/11/66)</p>
<p>(sd28): “As principais correntes do Estruturalismo são, atualmente: 1ª: a de Genebra, com Charles Bally, A. Secheyay e H. Frey à frente; 2ª: a Fonológica, cujos principais representantes são: Jakobson, Trubetzkoy e Trnka, tendo Martinet como principal figura, em Paris recebeu o nome de Funcional e Estrutural; 3ª: a de Copenhague ou Glossemática, com Hjelmslev, Uldall, Brondal, Togeby e Hotl. Nos Estados Unidos, o Estruturalismo desenvolveu-se com Bloomfield, Sapir, Bloch, Hall, Harris, Pike, Trager, etc.” (Gramática Funcional e Estrutural – 18/12/66)</p>
<p>(sd29): “O presente artigo é baseado fundamentalmente no trabalho do professor J. Donald Bowen, “A Multiple Register Approach to Teaching English”. Com variantes, o esquema do professor Bowen se aplica ao caso do português usado no Brasil”. (Níveis Lingüísticos – 16/7/67)</p>

Embora sejam as filiações teóricas européias e as americanas que se fazem mais presentes nas reflexões do sujeito enunciador, é importante destacarmos a presença da Lingüística brasileira, que, mesmo não tendo ainda muitos representantes, contava com a forte presença de Mattoso, seguindo-se de Aryon D. Rodrigues, conforme destacamos a seguir (Quadro 08).

C - Filiações teóricas brasileiras

QUADRO 08 – Filiação a Mattoso Câmara e Rodrigues.

(sd30): *“Um bom exemplo de delimitação de campos para chegar a uma definição de unidades, nos é dado pelo professor **Mattoso Câmara**”.* (Definição de palavra, uma tentativa – I, 06/11/66)

(sd31): *“Tomamos como ponto de partida o trabalho do professor **Aryon D. Rodrigues**, “tarefas da Lingüística no Brasil”, a programação dos curso do 1º ILL e do 2º ILI, os apontamentos de aula de Lingüística Geral ministradas pelo professor Mc Quown e de Lingüística Aplicada ministradas pelo professor Bowen”.* (Divisões da Lingüística – 28/05/67)

(sd32): *“Tanto Bühler, Cassirer, como **Mattoso Câmara** assinalam a predominância da função representativa, na linguagem humana, explicando-a”.* (Funções da Linguagem – 25/06/67)

A Lingüística brasileira, de acordo com Lagazzi-Rodrigues (2002), inicia com Mattoso Câmara, que coloca a perspectiva estruturalista na base de sustentação das suas reflexões.

Conforme essa autora, a obra Princípios de Lingüística Geral (1977) de Mattoso Câmara, evidenciou a língua portuguesa como sistema. História e Estrutura da Língua Portuguesa (1976), também de Mattoso Câmara, por sua vez, consolidou o lugar da língua portuguesa como espaço de descrição lingüística. Com essa descrição, produz-se o lugar do analista.

Fundamenta-se, assim, para a Lingüística no Brasil, a posição do lingüista, pela descrição da língua portuguesa.

O Estruturalismo, tanto europeu quanto americano, influenciou, de forma intensa, o início do desenvolvimento da Lingüística no Brasil. Podemos dizer, observando as filiações teóricas do sujeito enunciador, que há uma procura, pelas diferentes escolas, de diversos lugares. Nos recortes há um movimento de idas e vindas de autores e há a predominância de filiações teóricas estrangeiras. Haja vista somente dois lingüistas brasileiros terem sido citados, enquanto um número bem maior de lingüistas europeus e americanos aparece sustentando o dizer de Cabral.

A partir dos recortes acima expostos, é possível afirmar que, no eixo da constituição, o sujeito enunciador mostra uma forte relação com o interdiscurso, pois é afetado por um saber histórico-social, ao mesmo tempo em que é afetado pela relação com esse saber. No momento em que toma outros dizeres e os manifesta através de suas palavras, podemos entender como Cabral se relaciona com eles, como estabelece a relação entre o já-dito e o que está dizendo.

Esses exemplos, que mostram a filiação teórica da autora, estão no eixo da constituição. A partir dos estudos dos autores, Leonor Scliar Cabral formula um outro dizer. Tudo que já tinha sido dito ou que estava sendo dito sobre Lingüística está, de alguma maneira, significando nos discursos dela. Todos os sentidos já postos têm um efeito sobre seu discurso, seja na forma como se constituem, se formulam, seja como circulam.

Em relação a essa questão, esclarece Orlandi (2000), que o fato de haver um já-dito, que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para compreendermos o funcionamento do discurso e, ainda, a

sua relação com os sujeitos e com a ideologia. O entendimento sobre o interdiscurso nos permite remeter o discurso a uma filiação de dizeres, isto é, a uma memória e a identificá-la em sua significância, analisando seus condicionamentos políticos e ideológicos.

Se observarmos todos os exemplos, veremos que não há uma linha teórica, ou um modelo teórico adotado pelo sujeito enunciativo. Há uma variedade de nomes citados que pertencem a diferentes correntes teóricas. É um discurso representativo do momento em que a Lingüística, assim como o sujeito lingüista, ainda não demarcara um espaço determinado aqui no Brasil. Conforme já citamos, há alguns textos de Mattoso Câmara, publicados na Revista Brasileira de Filologia (1956). Eles se apresentam de forma semelhante aos de Cabral, mas assumem uma posição diferente. Em outras palavras, Mattoso Câmara já era um lingüista, ele ocupava a posição de lingüista, enquanto Cabral assume a forma de sujeito lingüista, mas não a posição de lingüista. Os textos do autor são denominados de Crônicas Lingüísticas, eles relatam sobre as teorias lingüísticas da época e citam também diferentes autores e linhas teóricas. O fato de os textos de Mattoso Câmara circularem em uma revista de Filologia e os de Leonor Scliar Cabral em um jornal, embora os autores apresentassem posições diferentes, conforme foi exposto acima, nos leva a entender que, naquela época, não havia ainda espaços delimitados em relação aos Estudos Lingüísticos, era um momento de transição que, aos poucos, foi assumindo novas formas, foi se dividindo entre as diferentes linhas teóricas que fazem parte, hoje, dos Estudos Lingüísticos.

Resta lembrar que o modo como o discurso de Scliar Cabral se forma, por intermédio da presença de diferentes filiações teóricas, nos remete a um

discurso que procura um lugar para a Lingüística, visto que circula por diferentes regiões na tentativa de incluir ou excluir a Lingüística dessas regiões. É um discurso que procura um lugar em meio a uma profusão de idéias e conceitos que circularam naquele momento. Nas formulações que veremos a seguir, entenderemos de que forma esse lugar fica posto.

4.2 Formulação de um discurso sobre lingüística

Retomando a reflexão sobre como o sujeito Leonor Scliar formula o seu discurso, nas seqüências discursivas, vimos que há a procura por um lugar de fundamentação para uma disciplina no RS, ou seja, um lugar para a Lingüística Aplicada. Os recortes que fizemos nos levaram a essa conclusão, pois o dizer de Cabral se encaminha para uma posição favorável à aplicação da Lingüística no Brasil.

Como podemos observar, no artigo “Divisões da Lingüística - II” (28/05/67), por exemplo, o sujeito enunciador organiza um esquema que engloba as principais divisões da Lingüística e distingue a Lingüística Pura da Lingüística Aplicada.

Há aí dois momentos importantes no processo de produção do discurso. O primeiro, no eixo da constituição, em que o sujeito aciona o interdiscurso, ou seja, o já-dito, conforme já vimos anteriormente; o segundo, no eixo da formulação, em que esta é determinada pela relação que estabelece com o interdiscurso, vale entender, aquilo que se está dizendo num momento dado, em condições dadas. Quando o sujeito enunciador organiza, por exemplo, o esquema que engloba as principais divisões da Lingüística, temos o eixo da formulação (Quadro 09).

QUADRO 09 – Formulação de sentidos para a Lingüística Pura e para a Lingüística Aplicada.

(sd33): Divisões da Lingüística – II – 28/05/67	
<p><i>I – Lingüística Pura</i></p> <p>1. <i>Natureza da linguagem articulada (origem, funções, signo lingüístico, etc.)</i></p> <p>2. <i>Sincrônica</i></p> <p>3. <i>Diacrônica</i></p> <p>A 4. <i>Comparativa</i></p> <p>5. <i>Dialetologia</i></p> <p>6. <i>Línguas em contato</i></p> <p>1. <i>Fonética e Fonologia</i></p> <p>B 2. <i>Morfo-sintaxe</i></p> <p>3. <i>Lexicologia e Semântica</i></p>	<p><i>II - Lingüística Aplicada</i></p> <p>1) <i>ao levantamento da língua padrão</i></p> <p>a) <i>materna a falantes nativos</i></p> <p>b) <i>nacional a outras comunidades</i></p> <p>c) <i>secundária</i></p> <p>2) <i>ao ensino de línguas</i></p> <p>3) <i>à elaboração das regras ortográficas</i></p> <p>4) <i>às técnicas de alfabetização</i></p> <p>5) <i>à tradução</i></p> <p>6) <i>à estilística</i></p> <p>7) <i>aos enfermos da linguagem (afásicos, surdos-mudos, deficientes de fonação, etc.)</i></p> <p>8) <i>sócio-lingüística</i></p> <p>9) <i>a ciências outras</i></p> <p>a) <i>etnologia</i></p> <p>b) <i>psicologia</i></p> <p>c) <i>teoria da comunicação</i></p> <p>d) <i>política</i></p> <p>e) <i>filosofia</i></p>

Embora o sujeito enunciador formule esse esquema acima que, segundo ela, engloba as principais divisões da Lingüística, é possível afirmar que o lugar da Lingüística Pura e da Lingüística Aplicada não fica balizado, pois as formulações, aí feitas, mostram que a filiação do sujeito enunciador ainda não está definida, não está fundada. Cabe lembrar que, nos dias de hoje, o sujeito enunciador filia-se ao grupo da Psicolingüística, inclusive, de acordo com a obra *Investigando a Linguagem* (1999), foi

membro fundador da Sociedade Internacional de Psicolinguística Aplicada, em 1982. Há, portanto, uma tentativa de estabelecer as diferenças entre o que seria uma Linguística Pura e uma Linguística Aplicada. Mesmo que essas formulações não representem o que hoje se entende por Linguística Pura e por Linguística Aplicada, já há, nesse esquema, um movimento que abre espaço para a constituição tanto da Linguística Pura quanto da Linguística Aplicada.

Percebemos no discurso de Scliar Cabral que a preocupação não se dirige só à necessidade da aplicação da Linguística ao ensino de Português, mas também à necessidade de uma “descrição atualizada” da língua portuguesa, conforme exemplo abaixo (Quadro 10), do artigo “*Divisões da Linguística – II*”.

QUADRO 10 – Projeções em relação aos estudos linguísticos.

(sd34): “Como é óbvio, existe uma nítida dependência da Linguística Aplicada à Linguística Pura. Aquela somente poderá dar bons resultados a partir dos dados fornecidos pela última. No entanto, a Linguística Pura tem se atrasado por vários fatores, entre os quais avultam o imediatismo dos fins alcançados pelos que se beneficiam da Linguística Aplicada, o longo prazo e custo exigidos não só pela formação de técnicos como na própria pesquisa da Linguística Pura. Tem havido uma verdadeira inversão de valores, isto é, quer se chegar aos fins sem antes percorrer o caminho (penoso, mas inevitável) necessário”.

Esse discurso está projetando a necessidade de mais avanços nos estudos linguísticos e de mais linguistas que se dediquem ao estudo da língua. Ele sugere que antes de investir nos estudos aplicados da linguagem, se faça um estudo descritivo da língua e salienta a importância dos dois no contexto dos estudos linguísticos. Alerta para a necessidade de

haver mais estudiosos que se dediquem aos estudos descritivos da língua para, então, fundamentar um estudo aplicado dela. Dessa maneira, o sujeito do discurso encaminha sua posição favorável a pensar a Lingüística Aplicada. Percebemos, a partir desse recorte, a filiação do sujeito enunciativo à Lingüística Aplicada. Vemos que esse discurso, além de expor as tendências lingüísticas da época, mostra uma preocupação em relação ao modo como os estudos lingüísticos estavam se desenvolvendo. Há a atualização, a textualização da memória, que se manifesta por meio de algumas projeções, que entendemos como formulações, determinadas pela relação que estabelecem com o interdiscurso.

Observamos que o sujeito do discurso é afetado diretamente pelas condições de produção, referentes a uma época em que os estudos lingüísticos estavam tomando novos rumos, já que ele deixa emergir, no seu dizer, a necessidade do espaço da Lingüística nos Cursos de Letras. Aqui está o novo; pois no momento em que faz essas projeções, ele se sustenta e justifica-se, a partir de um já-dito, abrindo novas perspectivas, fazendo com que haja um movimento do conhecimento sem que haja um apagar da memória histórica.

Nesse movimento do conhecimento vemos que há reflexão, uma vez que não há mera repetição do interdiscurso, mas deslocamento de sentido, há algo mais do que no chamado texto de divulgação científica. O sujeito do discurso assume uma posição de sujeito intelectual, capaz de deslocar-se e de produzir sentidos outros, assim estabelecendo relações com a formação social da qual faz parte. Dessa forma, estabelece um lugar distinto. Percorrendo diferentes formações discursivas e posições-sujeito, ele abre um novo espaço para pensarmos a Lingüística.

O fato de não ser um discurso de rupturas para instalar o novo, não significa que não possa ser considerado um discurso da ciência. Segundo Coracini (2003b), a visão mítica de cientista racional, impessoal, objetivo, capaz de criar, como por magia ou gênio, teorias altamente explanatórias, tendendo ao universo, é criticada por Kuhn na filosofia popperiana. A autora esclarece:

Ao mesmo tempo em que valoriza a ciência normal (pois é nas experiências cotidianas da comunidade científica que se põem à prova teorias vigentes, provocando o aparecimento de outras), Kuhn, embora rejeite as idiossincrasias do cientista, acata ‘os elementos comuns induzidos pela criação e pela educação na composição psicológica da situação do membro licenciado de um grupo científico’ e é esse grupo científico, oriundo da realidade sócio-histórico-cultural e científica, o responsável pela permanência e pela mudança dos conceitos, das fórmulas e do paradigma (Coracini, 2003b, p. 20).

A realidade sócio-histórico-cultural e científica dos estudos lingüísticos no Brasil, na década de 60, nos faz pensar no sujeito enunciativo como quem assume a forma do sujeito da ciência, pois entendemos que, embora não tendo ainda uma formação como lingüista, o sujeito já assumia a forma-sujeito de especialista em Lingüística. Amparando-nos em Coracini, a partir de Kuhn, podemos pensar nesse discurso como o da ciência, visto que, ao trabalho incessante da ciência normal, as chamadas revoluções científicas e as mudanças nos e dos paradigmas são creditadas não ao surgimento de gênios que, por inspiração divina, des-cobririam, des-vendariam mistérios do universo (Coracini,

2003a). Entendemos que a ciência normal, na época, antes do processo de constituição da Lingüística, era feita por estudiosos que se interessavam pelos estudos lingüísticos. Mesmo sem terem ainda uma formação específica na área, eles faziam circular, de maneira dispersa, o saber lingüístico.

Também temos o eixo da formulação no exemplo a seguir (sd 35), em que há um apelo em relação à necessidade de se criar o mestrado em Lingüística. É o que podemos perceber pelo recorte do artigo, já citado acima, “*Divisões da Lingüística (28/05/67)*”, no qual o sujeito enunciator argumenta (Quadro 11).

QUADRO 11 – Em busca de um espaço para a Lingüística brasileira.

(sd35): “*É preciso que as Universidades se dinamizem criando o quanto antes o mestrado de Lingüística, organizando laboratórios de Fonética, funcionando seus institutos, circulando técnicos nacionais e estrangeiros para que o maior número de especialistas possa receber formação adequada, nos diferentes campos acima apontados*”.

A partir dessas reflexões vamos construindo sentidos sobre a Lingüística, observando, pela circulação na mídia, a produção do saber em questão. Conforme já vimos, naquela época, não havia ainda espaços legitimados para a divulgação do saber sobre a Lingüística. Considerando esse discurso como um espaço em que há lugares ocupados, posições assumidas, interessa-nos conhecer tal espaço e os lugares ali marcados.

É pertinente salientar que, para De Certeau (1994), o espaço existe “sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável do tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se

desdobram” (p. 202). Temos, no jornal Diário de Notícias, um espaço onde há um movimento de sentidos sobre a Lingüística. O espaço se constrói pela ação dos sujeitos na história, de acordo com as situações por eles vividas, com as necessidades que surgem e com as descobertas que são feitas. A vontade de divulgar a Lingüística naquela época e a ausência ainda de um espaço legitimado, somados à situação vivida pelo sujeito enunciador, fez com que esse espaço se alojasse no Jornal Diário de Notícias. Entende De Certeau (1994, p. 202) que “o espaço é um lugar praticado”, ou seja, são as práticas que organizam o espaço. A noção de lugar apresentada por De Certeau (1994) e por Pêcheux (1997), apontam ambas para o entendimento de que os lugares são constitutivos dos sujeitos e das coisas. Para Pêcheux (1997), os lugares são referidos como a representação de cada sujeito do discurso. Os lugares são posições de cada sujeito no discurso, definido por suas relações de existência. Sob esse enfoque, procuramos, através das formulações presentes, entender o lugar ocupado pelo sujeito enunciador neste discurso em análise, quais as posições-sujeito assumidas quando ele formula um dizer.

Seguem-se outros recortes (Quadro 12) que tratam da formulação marcando a posição do sujeito lingüista por meio dos deslocamentos feitos, das escolhas, da concordância ou não com as filiações teóricas acionadas e das projeções. A formulação é marcada por esses movimentos que permeiam o discurso.

QUADRO 12 – Em busca de um espaço para o sujeito lingüista no Brasil.

(sd36): “*O lingüista se ocupará fundamentalmente da função comunicativa da língua, sua função central enquanto o estilista estudará a função expressiva e artística*”. (*Expressão e Comunicação III – 30/10/66*)

Aqui no recorte, há a preocupação em definir o papel do sujeito lingüista que, como vimos no capítulo que se refere ao sujeito lingüista da época, ainda não havia um espaço definido para ocupar. Quando o sujeito do discurso enuncia os verbos ocupará e estudará, no tempo futuro, ele está projetando um novo espaço para o sujeito lingüista, espaço este que não deve ser confundido com o do estilista, ou seja, ele separa cada ocupação em seu devido lugar. É observável um deslocamento de sentido em relação ao papel desempenhado pelo sujeito lingüista na época e o papel que deve ser o do sujeito lingüista.

Há um outro exemplo, quando o sujeito enunciador escolhe o tema da definição de palavra e percorre vários conceitos, conforme está registrado nas seqüências discursivas de número 45 a 51. Nesse caso, percebemos que o sujeito do discurso, ao assujeitar-se, ora aceita as definições de palavra de outros autores, ora se contrapõe a elas. Neste olhar entre diferentes definições do que venha a ser palavra, ele assume posições em relação a tais definições. Por exemplo, na sd (37), há o assujeitamento a um determinado modo de conceituar a palavra. Quando ele seleciona a expressão “um bom exemplo...” mostra-se favorável ao conceito dado por Mattoso Câmara (Quadro 13).

QUADRO 13 – Posição-sujeito favorável à definição de palavra.

(sd37): *“Um bom exemplo de delimitação de campos para chegar a uma definição de unidades nos é dado pelo professor Mattoso Câmara”.*
(Definição de palavra I – 6/11/66)

Já, na sd (38), ele se contrapõe à definição, fazendo movimentar-se, no seu dizer, os sentidos; pois quando ele se contrapõe, gera um deslocamento

de sentidos na formulação. Ao exemplificar a sua posição contrária, ele está inaugurando um novo olhar para essa questão. O exemplo está abaixo (Quadro 14).

QUADRO 14 – Posição-sujeito contrária à definição de palavra.

(sd38): *“A objeção mais séria a este tipo de definição é levantada com o exemplo de tmésis no futuro do presente e futuro do pretérito do indicativo do Português (cf. far-me-ás)”. (Definição de palavra I – 6/11/66)*

Nas sds de 39 a 42, há novamente o assujeitamento de Cabral a um determinado conceito, o sujeito do discurso concorda com as definições propostas pelos autores, escolhe e aceita uma posição x, não se contrapondo. Esse assujeitamento se dá pela escolha da definição que mais se aproxima da de signo, conforme exemplos (Quadro 15).

QUADRO 15 – Outras posições-sujeito favoráveis à definição de palavra.

(sd39): *“A definição que mais se aproxima da de signo, simplesmente é a de Meillet”. (Definição de palavra, uma tentativa II – 13/11/66)*

(sd40): *“Uma das definições que mais perspectivas abriu na conceituação de palavra é a de Bloomfield”. (Definição de palavra, uma tentativa II – 13/11/66)*

(sd41): *“De todas as definições consultadas a que nos parece melhor é a de Bohumil Trnka”. (Definição de palavra, uma tentativa III – 20/11/66)*

(sd42): *“No entanto, aceitamos a posição de Coseriu sobre a interdependência das duas disciplinas: assim como não existe Parole sem Langue, não existe Fonologia sem Fonética”. (Fonética e Fonologia III – 6/8/67)*

Já nas seqüências de número 43 a 46 (Quadro 16), o sujeito se contrapõe, ou seja, vê problemas na definição e argumenta a sua posição.

QUADRO 16 – Outras posições-sujeito contrárias à definição de palavra.

<p>(sd43): <i>“O grande problema que esta definição apresenta são as palavras relacionais (conjunção, preposição e pronomes relativos) e alguns determinantes como os artigos e pronomes, alguns deles quase ou totalmente destituídos de significado”. (Definição de palavra, uma tentativa III – 20/11/66)</i></p>
<p>(sd44): <i>“Conforme se verifica, a alusão aos pronomes oblíquos somente é feita com o objetivo de reconhecer a regência do verbo, porém não entra na própria definição. Como explicar ao aluno a ausência de preposição nos objetos indiretos <i>lhe, lhes</i>? Creio que a observação está contradizendo o enunciado da definição, onde os pronomes oblíquos nem sequer são mencionados”. (Definição de palavra, uma tentativa III – 20/11/66)</i></p>
<p>(sd45): <i>“A objeção que fazemos é quanto aos pronomes oblíquos tônicos que, como objetos diretos exigem obrigatoriamente a presença da preposição”. (Confusões entre Diacronia e Sincronia – 27/11/66)</i></p>
<p>(sd46): <i>“O segundo aspecto que trataremos é o da arbitrariedade do signo lingüístico. Na verdade o signo lingüístico é imotivado, quer dizer, a relação entre significante e significado é arbitrária. As onomatopéias e vocábulos expressivos são em proporção ínfima em relação aos demais para levar-nos à conclusão contrária. Um simples confronto entre as diferentes maneiras de formalizar um mesmo conceito em línguas diferentes nos demonstra cabalmente este princípio. As próprias onomatopéias são muitas vezes produtos da evolução fonética de vocábulos totalmente imotivados e apresentam características diversas em cada sistema lingüístico, sujeitando-se aos padrões fonológicos”. (Signo Lingüístico – 11/6/67)</i></p>

Ao se contrapor, o sujeito põe em cena uma reflexão, não ficando simplesmente contrário a um conceito, mas posicionando-se diante das suas justificativas, mostrando as falhas que tais definições trazem, segundo o seu entendimento.

As seqüências de número 47 a 50 mostram alguns deslocamentos feitos, a partir de outros dizeres. Há um deslocamento de sentido à medida que o sujeito faz uma nova leitura, isto é, esclarece sua percepção sobre tudo o que está sendo dito. Não há apenas repetição, quando ele elege um já-dito, ele se posiciona. Podemos perceber esse posicionamento pelos verbos: apontamos (sd47), observa-se (sd48), verificamos (sd49) e supomos (sd50), nas seqüências abaixo (Quadro 17).

QUADRO 17 – Deslocamento de sentidos a partir de um já-dito.

(sd47): “Das definições acima, apontamos como elementos comuns e essenciais: 1 – A Lingüística é uma ciência. 2. O objeto da lingüística é a linguagem humana”. (O que é Lingüística? – 14/5/67)
(sd48): “Ao estudarmos a evolução dos sistemas lingüísticos, observa-se que dos lexemas é o que apresenta maior campo de possibilidades de variação por ser o mais aberto de todos”. (Signo Lingüístico – 11/6/67) (deslocamento)
(sd49): “ Verificamos , portanto, a nítida interdependência entre langue e parole. Isso não significa, como bem acentua Coseriu, que se possa abdicar da abstração quando se deseja constituir uma ciência, como é o caso da Lingüística”. (Língua e Discurso – 9/7/67) (deslocamento)
(sd50): “O excessivo realce dado à langue, tem sido, supomos , uma das causas do atraso nos estudos de sintaxe e semântica. Os estudos que mais se têm desenvolvido são aqueles relativos ao campo mais fechado, a Fonologia. Quando as variações se tornam mais infinitas como é o caso da sintaxe e principalmente da semântica, isto é, quando o utente tem mais liberdade de fazer escolhas e combinações e mesmo matizes insuspeitadas, mas importantes no ato da comunicação o problema do universo do discurso não é tão fácil de resolver”. (Língua e Discurso – 9/7/67) (deslocamento)

Já nas seqüências de número 51 a 55 (Quadro 18) destacamos algumas projeções indiciadas pelo sujeito enunciador, quando mostra a sua preocupação em relação tanto à forma como a Lingüística vinha sendo entendida no Brasil, quanto ao modo como os professores trabalhavam, já que não havia uma orientação competente; portanto, havia a necessidade de se criar o Mestrado em Lingüística, a fim de que os profissionais da área pudessem ter uma formação adequada e, também, se formassem um maior número de especialistas. São projeções que refletem o momento fundacional da Lingüística Aplicada no Brasil, onde se buscavam respostas para questões, tais como: O que seria a Lingüística? Do que deveria se ocupar a Lingüística? Como deveria ser o ensino de línguas? Que formação deveria ter o profissional dessa área de atuação? A indefinição em relação aos estudos lingüísticos, naquela época, pode ser observada nas seqüências discursivas a seguir, nas quais destacamos, conforme já explicitado, algumas projeções.

QUADRO 18 – Projeções sobre os estudos lingüísticos.

<p>(sd51): “<i>É preciso que se compreenda, por exemplo, que tarefas de suma importância como o são a alfabetização das mais vastas camadas do povo brasileiro e o acesso à cultura bem como a utilização do português como instrumento de comunicação em situações as mais variadas possíveis (Lingüística Aplicada) dependem antes de mais nada de uma descrição atualizada de como este português se usa (Lingüística Pura).</i> (O que é Lingüística? – 14/5/67)</p>
<p>(sd52): “<i>As grandes dificuldades que se defrontam os professores de português e as conseqüentes frustrações decorrem fundamentalmente de uma falta de orientação lingüística no Brasil ainda não ter cumprido seus principais objetivos de modo a pôr à disposição do magistério um instrumental mais condizente com nossa realidade, um instrumento tal que vá desde o levantamento da língua padrão (que não é sinônimo de língua empregada pelos escritores é preciso que se diga) até o exame das minorias lingüísticas e de como enfrentar os problemas que cada estrutura de línguas diversas da nossa apresenta. Tais dados fornecidos pela Lingüística Pura e depois aplicados, influenciarão benéficamente no ensino de línguas desde o critério de gradação de avaliação, até o da feitura do livro didático”.</i> (Divisões da Lingüística – II – 28/5/67)</p>
<p>(sd53): “<i>No entanto, todas estas tarefas esboçadas nos vários ramos em que se subdivide a Lingüística somente serão atingidas com a formação eficiente de verdadeiros cientistas. É preciso que as Universidades se dinamizem criando o quanto antes o mestrado de Lingüística, organizando laboratórios de Fonética, funcionando seus institutos, circulando técnicos nacionais e estrangeiros para que o maior número de especialistas possa receber formação adequada, nos mais diferentes campos acima apontados”.</i> (Divisões da Lingüística – II – 28/5/67)</p>
<p>(sd54): “<i>Infelizmente a falta de textos mais atualizados dificulta bastante a tarefa do professor de língua materna, mas ele pode criar situações em aula e elaborar alguns textos. Isto não é um sonho irrealizável: já temos notícias da aplicação da Lingüística ao ensino de Português em turmas da primeira e segunda séries ginasiais (GE Cel. Aparício Borges)”.</i> (Níveis Lingüísticos – 16/7/67)</p>
<p>(sd55): “<i>O professor deverá ter bastante nitidez sobre as diferenças existentes entre língua escrita e língua oral, sobre as existências entre os diferentes níveis de uma e outra conforme a situação, a mensagem, o receptor e o emissor. Conhecendo bem os seus alunos, deverá verificar aqueles que apresentam maiores resistências ao aprendizado da língua deliberativa e suas causas para aplicar-lhes a didática adequada”.</i> (níveis Lingüísticos – 16/7/67)</p>

Entendemos que a reflexão está presente em todos os recortes, ela se manifesta por intermédio de quatro diferentes posições-sujeito que o sujeito do discurso vai assumindo à medida que se assujeita(1), se contrapõe(2), desloca sentidos(3) e faz projeções futuras(4).

Em todos os recortes acima expostos, procuramos mostrar a presença

da reflexão, a fim de que pudéssemos chegar à questão principal deste estudo, que partiu da nossa indagação a respeito da importância do discurso de Cabral para a época em que se constituiu. Ao constatarmos que é um discurso que não limita sentidos; ao contrário, faz com que os sentidos se multipliquem, avancem, podemos dizer que o sujeito enunciator, ao formular seu discurso, assume a posição de sujeito da ciência, cuja forma-sujeito é aquela capaz, a partir de um já-dito, das diferentes filiações teóricas, de deslocar sentidos, ou seja, fazer com que o dizer se movimente.

5 DESVELANDO SENTIDOS NO MOVIMENTO DISCURSIVO

A análise do processo discursivo nos possibilitou compreender o movimento do discurso de Cabral e os sentidos presentes em sua materialidade. A partir tanto do movimento discursivo – em que há progressão, deslizamento de sentidos –, quanto das condições de produção desse dizer – que envolve o social, o histórico, o ideológico e o sujeito do discurso –, pudemos apreender a historicidade na materialidade discursiva, que está além da materialidade lingüística e nos faz compreender não somente o que se escreve sobre a Lingüística, mas como esse discurso pode ser visto diante das condições de produção em que se apresenta.

Guimarães (2004) explica:

fazer História é compreender os acontecimentos humanos ao contá-los. Uma História é, então, de um lado, o relato de fatos acontecidos com certos personagens, e de outro, é a compreensão destes fatos quando tomados como acontecimentos e enquanto tais contados (p. 12).

A historicidade de que falamos nesta análise, nos remete a uma compreensão do modo como a Lingüística se apresentava na época dos escritos de Cabral; como o discurso sobre a Lingüística circulava; qual a importância desse discurso no contexto educacional e não somente ao relato dos fatos que envolvem o sujeito enunciador.

A produção do conhecimento científico se dá em condições históricas

que tem a ver com o momento em que ele se produz, ou seja, cada momento da história de uma ciência tem suas particularidades.

A leitura e a análise discursiva dos textos do sujeito enunciator nos remeteram a certas particularidades da época em que se aconteceu essa construção discursiva. Tais particularidades têm a ver com o modo como a Lingüística Aplicada e o sujeito lingüista se situavam no cenário brasileiro. Por intermédio da análise do processo de produção desse discurso, ou seja, do seu modo de constituição, pudemos fazer algumas reflexões acerca dos sentidos presentes na materialidade deles.

Na instância da constituição discursiva, na qual o sujeito acionou diferentes filiações teóricas, de diferentes correntes, vimos que há uma profusão de idéias que circularam em relação à ciência lingüística. O Brasil, nessa época, contava com poucos estudiosos que se empenhavam em divulgar e fazer progredir esse saber. É possível verificar tal afirmativa ao confrontar o número de citações estrangeiras com o número de citações brasileiras. Destas, destacamos Mattoso Câmara, autor já legitimado, citado várias vezes nos textos.

Naquela época, havia uma necessidade de lugares teóricos. O sujeito enunciator, ao acionar diferentes filiações, com diferentes modos de ver a mesma questão, assume uma posição-sujeito que se contrapõe às existentes no momento em que formula o dizer. Dessa maneira, seu dizer se movimenta assumindo novas formas, que exibem marcas da historicidade do texto. Por meio destas vimos que havia uma preocupação com o papel que desempenhava a Lingüística no Brasil, com a forma como os estudos lingüísticos vinham se apresentando.

Como o modo de circulação desses textos também tem fortes marcas da

historicidade inscrita na materialidade, pudemos entender qual era o espaço, os lugares possíveis de serem ocupados, para divulgar tal saber. Na falta de um lugar institucionalizado, os jornais eram um meio de fazer circular, de divulgar os estudos sobre Lingüística. Conforme vimos, nos textos em análise, era um espaço em que o sujeito do discurso não só repetia o que vinha sendo dito sobre Lingüística, mas questionava e, assim, fazia progredir o saber.

Sendo um discurso que se movimenta, a partir de diferentes filiações teóricas que autorizam seu dizer – conforme vimos nas formulações exemplificadas; levando em conta o momento histórico em que a Lingüística estava em processo de constituição, no Brasil, e o sujeito lingüista ainda não tinha um espaço legitimado; podemos concluir que, esse discurso aqui analisado, é parte importante do processo de constituição da Lingüística no Rio Grande do Sul, pois além de fazer circular o saber sobre Lingüística, ele também faz com que haja um movimento na história desse saber.

Como vimos, esse dizer de Scliar Cabral faz parte de um momento histórico importante, dentro da história da Lingüística no Rio Grande do Sul e no Brasil; pois, a partir da década de 60, as pesquisas se intensificaram assumindo novas formas, culminando com o estabelecimento da disciplina Lingüística nos cursos de Letras e com o aparecimento dos primeiros cursos de pós-graduação em Lingüística no Brasil. Conforme Guimarães (2004):

A década de 60 traz consigo novos contornos institucionais. Começa com a obrigatoriedade de inclusão da Lingüística nos currículos de Letras e termina com a criação do sistema nacional de pós-graduação e a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Lingüística do Brasil. De um lado tudo isso produz uma

“universalização” dos estudos de linguagem e de outro produz exigências novas no plano teórico e metodológico com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação. A universalização dos estudos da linguagem no Brasil leva a uma ampliação das áreas de interesse e de estudos nos mais diversos domínios de interesse (p. 42-43).

Foram tais exigências que colocaram, em cena, o dizer do sujeito enunciador. Os seus textos trazem fortes marcas de um apelo não só para mudanças nos estudos lingüísticos como para a abertura de um espaço de divulgação da Lingüística. São textos formados por um discurso heterogêneo que representa as diferentes vozes da época, filiando-se a diferentes teorias lingüísticas, a fim de começar a fundação do espaço da Lingüística Aplicada no Brasil. Essas diferentes teorias lingüísticas, apresentadas nas citações, pertencem à memória histórica na qual o sujeito do discurso foi ideologicamente interpelado, pois, de acordo com Pêcheux (1997, p. 198): “o processo de produção dos conhecimentos é um ‘corte continuado’; ele é, como tal, co-extensivo às ideologias teóricas, das quais ele não cessa de se separar, de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia”.

Ao mesmo tempo em que representa as diferentes vozes, filiando-se a diferentes teorias, o sujeito do discurso marca sua posição como sujeito da ciência, pelo confronto estabelecido entre as diferentes teorias. Ele desloca sentidos, questiona, formula e faz surgir novos sentidos, novos enfoques, que ressaltam a voz do enunciador.

Tendo em vista o momento histórico em relação à Ciência Lingüística, os textos de Cabral formam um discurso que busca divulgar, difundir esse conhecimento para o grande público, já que não havia ainda espaços institucionalizados para tal, eles fazem circular o saber. Também

percebemos que há, neles, a representação do sujeito lingüista da época, visto que grande parte dos estudiosos que se interessavam pelo estudo da Lingüística vinha de outra formação, não existia ainda o lugar determinado para o profissional desse campo do saber.

Conforme vimos no capítulo sobre a Lingüística na década de 60, mesmo depois da institucionalização dessa ciência, as pesquisas continuavam sendo realizadas de forma fragmentada e por iniciativas individuais, como é o caso do discurso de Leonor Scliar Cabral, que se constrói em um espaço possível para falar sobre Lingüística, diante da ausência, ainda, de espaços institucionais.

É pertinente salientar que, de acordo com Orlandi (2002b):

Caberá ao trabalho intelectual – das escolas, dos debates, dos manuais, das publicações em geral – dar forma explícita, uma formulação conseqüente que, por sua vez, será trabalhada pelo político na forma da República. Isso reafirma o nosso ponto de vista de que, quando os autores se filiam a uma teoria e não outra, e quando fazem um recorte do objeto do conhecimento, estão produzindo uma política de ciência com conseqüências para a política social (p.156).

É preciso insistir que o sujeito enunciador estava produzindo, no seu discurso, a política de ciência pela divulgação da Lingüística e pela apresentação desta no cenário brasileiro.

Por fazer parte de um momento histórico relevante na história da Lingüística, no Brasil; por ser um momento de transição na história desse saber, em que os estudiosos vão construindo o caminho para a sua institucionalização, o discurso de Cabral pode ser tomado como parte

importante na história das idéias lingüísticas no Rio Grande do Sul. Embora o sujeito enunciador, ao formular, desloque sentidos, tal formulação não chega a fundar novos sentidos, mas abre caminhos para que eles se constituam. Há, mais tarde, uma formulação que diz respeito a uma política de Lingüística no Brasil, que começa com a disciplinarização da Lingüística, passando pela institucionalização dos estudos lingüísticos e concretizando-se com os cursos de Mestrado em Lingüística.

Diríamos que, embora não haja as características de um discurso fundador (Orlandi, 1993), ou seja, de um discurso que instala uma ruptura, que faz surgir o novo, ele pode ser considerado como um discurso fundacional que procura um lugar para que o novo venha a se instalar. Do ponto de vista de Serrani (1993, p. 125), poderíamos tê-los como ressonâncias fundadoras da Lingüística no RS, que “funcionam como marcas fundadoras” de uma política de Lingüística no Brasil, conforme já mencionamos acima.

Desenvolvendo essa reflexão, podemos afirmar que tanto o discurso em análise quanto o sujeito enunciador ocupam um lugar significativo na História das Idéias Lingüísticas no Rio Grande do Sul. Dito isso, é importante lembrar que, por essa análise, foi possível não só compreender um pouco da história da disciplina de Lingüística, num determinado momento, mas também entender o movimento de sentido para a criação do espaço da Lingüística Aplicada. Demos visibilidade a uma pequena parte dessa história. É preciso, talvez, um projeto de tese para que possamos clarear outros aspectos importantes que fizeram parte dessa história da Lingüística. Certamente, há ainda, conforme Scherer & Brum De Paula (2002), um vasto campo a ser explorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. O quase esquecimento dos africanismos em estudos de Pacheco Silva e Said Ali. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos* nº 9/10. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP : Pontes Editores, Janeiro/Dezembro 2002. p. 93-104.

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo : Humanitas, Publicações FFLCH/USP, 1998.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas : EDUnicamp, 1998.

BUENO, Wilson Costa da. *Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma política dependente*. Tese de Doutorado. ECA/USP, 1984.

CASTILHO, Ataliba T. *Estudos lingüísticos no Brasil*. Notas para sua história. ALFA 2, 1962. p. 135-143.

CORACINI, Maria José. Desconstruindo o discurso de divulgação: as questões do significado e da autoria. In: ARROJO, Rosemary (Org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. 2. ed. Campinas, SP : Pontes, 2003a. p. 81-86.

_____. O cientista e a noção de sujeito na lingüística: expressão de liberdade ou submissão? In: ARROJO, Rosemary (Org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. 2. ed. Campinas, SP : Pontes, 2003b. p. 19-24.

COURTINE, Jean. Jacques. Définition d'orientations théoriques et

construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. IX, n. 2, 1982.

DE CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de Fazer. 6. ed. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. *et al.* (Orgs.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara : UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo : Cultura Acadêmica Editora, 2001.

GRIGOLETTO, Evandra. Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal no discurso da Renovação Carismática Católica. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2003.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Tradução de Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP : Pontes, 2004.

_____. *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas, SP : Pontes Editores, 2003.

_____. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia, sociedade*. Campinas, SP : Pontes Editores, 2001.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Tradução de Bethânia S. C. Mariani. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1997. p. 29-52.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. A Língua Portuguesa no processo de institucionalização da Lingüística. In: ORLANDI, Eni P. & GUIMARÃES, Eduardo. *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização*

das idéias lingüísticas. Campinas, SP : Pontes, 2002. p. 13-22.

MATOSO CÂMARA Jr. Joaquim. *História da lingüística*. 3. ed. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis : Vozes, 1979.

MAURER JR. 1967. Lingüística Histórica. Transcrição da conferência proferida no I Seminário de Lingüística, promovido pela FFCL de Marília, em 1966, sem revisão do autor. ALFA 11: 19-42.

ORLANDI, Eni Puccinelli. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas, SP : Pontes, 2003. p. 13-18.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2002a.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo : Cortez, 2002b.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

_____. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP : Pontes, Cáceres, MT : Unemat Editora, 2001c.

_____. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos n° 4/5*. Campinas, SP : Pontes Editores, Dezembro 1999/Junho 2000. p. 19-34.

_____. *Interpretação, autoria e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1996.

_____. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP : Pontes, 1993.

_____. *A linguagem e seu funcionamento*. 2. ed. Campinas : Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli; BARROS, Diana L. Pessoa de. *Projeto história das idéias lingüísticas no brasil: ética e política das línguas*. DL–IEL–UNICAMP/DL–FFLCH–USP, junho, 1997.

ORLANDI, Eni Pulccinelli; GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, SP : Pontes, 2002.

PAVEL, Thomas. *A miragem lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Tradução de Eni Orlandi, Pedro de Souza e Selene S. Guimarães. Campinas, SP : Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 2. ed. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas, SP : EDUNICAMP, 1997. p.55-64.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas : EDUNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. In: GADET, Françoise & HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP : Unicamp, 1977.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Tarefas da Lingüística no Brasil. *Estudos Lingüísticos*, n. 1, p. 14-15, 1966.

ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo : Editora Cultrix, 1979.

SAVATOVSKY, D. Lê Français, Matière ou Discipline. In: *Langage: lês savoirs de la langue. Histoire et Disciplinarité*, n° 120. Paris : Larousse, 1995. p. 52-77.

SCHERER, Amanda Eloína; BRUM de PAULA, Miriam Rose. Memória e história das idéias: o ensino do francês no RS do fim do século XIX ao início do século XX. In: ORLANDI, Eni P. & GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, SP : Pontes, 2002. p. 121-138.

SCHERER, Amanda Eloína. A história e a memória na constituição da

Linguística Aplicada no Brasil. In: CORACINI, Maria José; BERTOLDO, Ernesto Sérgio (Orgs). *O desejo da teoria: a contingência da prática*. Discursos sobre/na sala de aula. Campinas : Mercado de Letras, 2002.

SCLIAR CABRAL, Leonor. *Introdução à lingüística*. Porto Alegre, Globo, 1973.

SERRANI, Silvana. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas : UNICAMP, 1993.

SILVA, Telma Domingues da. Jornalismo e a divulgação científica. *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*, Campinas, SP, n. 8, 2002.